

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁTIMA RAQUEL SZINWELSKI

Considerações analítico-comportamentais sobre democracia:

Aspectos conceituais, metodológicos e éticos

Curitiba

2012

FÁTIMA RAQUEL SZINWELSKI

Considerações analítico-comportamentais sobre democracia:

Aspectos conceituais, metodológicos e éticos

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Dittrich

Curitiba

2012




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Coordenação de Pós-Graduação em Psicologia
MESTRADO EM PSICOLOGIA





FÁTIMA RAQUEL SZINWELSKI

**"CONSIDERAÇÕES ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS SOBRE DEMOCRACIA:
ASPECTOS CONCEITUAIS, METODOLÓGICOS E ÉTICOS"**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR – Universidade Federal do Paraná, e APROVADA (aprovada/reprovada) pela Banca Avaliadora abaixo assinada.


Prof.º Dr.º Alexandre Dietrich
Universidade Federal do Paraná
Professor Orientador


Prof.º Dr.º Emmanuel Zagury Tourinho
Universidade Federal do Paraná
Professor Titular


Prof.º Dr.º Jocelaine Martins da Silveira
Universidade Federal do Paraná
Professora Titular

Curitiba, 26 de março de 2012.

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Szinwelski, Fátima Raquel

Considerações analítico-comportamentais sobre democracia: aspectos conceituais, metodológicos e éticos / Fátima Raquel Szinwelski. – Curitiba, 2012.

91 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Dittrich
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Democracia. 2. Behaviorismo (Psicologia). 3. Análise do comportamento. 4. Ciência política – Filosofia. I. Título.

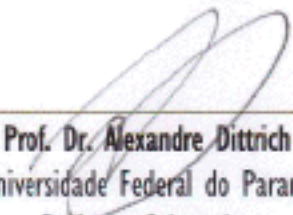
CDD 321.8

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA


Às nove horas do dia vinte e seis do mês de março do ano de dois mil e doze, na sala 208 do prédio Histórico desta Universidade, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de **MESTRE EM PSICOLOGIA**, a mestranda **FÁTIMA RAQUEL SZINWELSKI**, tendo como Título da Dissertação "Considerações analítico-comportamentais sobre democracia: Aspectos conceituais, metodológicos e éticos". Constituíram a Banca Examinadora o Professor Doutor Alexandre Dittrich, orientador, Professor Doutor Emmanuel Zagury Tourinho e Professora Doutora Jocelaine Martins da Silveira, titulares. Após a exposição da mestranda, os membros da Banca Avaliadora fizeram suas considerações e declararam a aluna:

- Aprovada sem restrições.
- Aprovada, mas na condição de tomar as seguintes providências:
- _____
- _____
- Reprovada

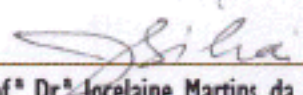
Eu Alexandre Dittrich, orientador, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.



Prof. Dr. Alexandre Dittrich
Universidade Federal do Paraná
Professor Orientador



Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Universidade Federal do Paraná
Professor Titular



Prof. Dr. Jocelaine Martins da Silveira
Universidade Federal do Paraná
Professora Titular

A minha família, com todo o amor que posso oferecer.

A elaboração deste trabalho foi financiada em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, por meio de bolsa de mestrado.

Se fosse fácil achar o caminho das pedras,
tantas pedras no caminho não seria ruim.

(Outras frequências – Engenheiros do Hawaii)

AGRADECIMENTOS

Questionamentos estiveram sempre presentes em minha vida, e qualquer possibilidade de respondê-los me trazia certa empolgação. Desde os primeiros dias da graduação, tive contato com ambientes de pesquisa que me fizeram desejar seguir a área acadêmica; o comportamento de pesquisar foi se tornando naturalmente reforçador e, por isso, foi com muito prazer que fiz esse trabalho.

Certamente a conclusão do mestrado é ainda um de meus primeiros passos na caminhada como pesquisadora; contudo, foi deveras importante em minha formação. Ela só pôde ser concretizada porque contei com o apoio de muitas pessoas, às quais devo meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradecimentos nunca serão suficientes para minha família, pelo suporte e apoio essenciais que tive ao longo da vida e, de forma especial, nestes dois anos. A minha mãe Alice, pessoa que mais merece ver este trabalho concluído, que esteve sempre me incentivando, acolhendo-me em todos os momentos e não me deixando descansar enquanto meu sonho não fosse atingido. Ao meu irmão Fábio, que sempre cuidou de mim com muito zelo e que vibra com cada conquista minha. A minha cunhada Nádia, pelos conselhos de alguém mais experiente em pesquisa. E aos queridos Leo, Jaque, Ana e Nivaldo, parte nova da minha família, pelo carinho que sabia que iria encontrar toda vez que passasse o fim de semana em sua casa.

Agradeço ao meu orientador por cada voto de confiança em mim depositado, desde a entrevista de seleção até o último momento do trabalho. Sou grata pelas orientações, pela sua dedicação e pelo seu profissionalismo. Sem dúvida, minha evolução enquanto pesquisadora e analista do comportamento se deve muito à maneira como você conduziu o trabalho.

Agradeço aos amigos de sempre Carina, Gustavo, Jean e Mira. E também aos amigos do mestrado, especialmente à Fran, à Vani e ao Jardel, que acompanharam cada lamúria e cada conquista.

Por fim, agradeço ao melhor amigo e ao meu grande companheiro, meu Vinícius, que sempre me faz sentir querida e amada todos os dias. Obrigada por cada um dos segundos, por todo o seu carinho, sua compreensão e seu apoio constante no meu trabalho. Nenhuma palavra é suficiente para demonstrar a minha gratidão pela sua confiança e pelo seu incentivo a me fazer continuar adiante na minha formação.

RESUMO

Szinwelski, Fátima Raquel. (2012). Considerações analítico-comportamentais sobre democracia: Aspectos conceituais, metodológicos e éticos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

O presente estudo teve como objetivo apresentar e discutir as definições e caracterizações feitas por analistas do comportamento a respeito do sistema político democrático, bem como apontar as implicações da interpretação que o behaviorismo radical oferece a esse conjunto de práticas culturais para o planejamento cultural proposto por Skinner. A seleção do material foi realizada nas seguintes fontes: obras de Skinner, revistas nacionais e internacionais relevantes na área, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, endereço eletrônico da comunidade Los Horcones e documentos de conhecimento prévio. Foram selecionados 106 textos, dos quais 48 apresentaram trechos textuais relevantes à pesquisa. Os dados coletados foram separados em categorias de registro que, posteriormente, serviram para formar as categorias de análise, feita através do método epistemológico hermenêutico. Os resultados da pesquisa apresentam discordâncias entre a filosofia behaviorista radical e a filosofia democrática. Apesar de compreenderem as circunstâncias histórico-sociais do surgimento deste sistema político, analistas do comportamento afirmam que a concepção de homem livre e a justificação de ações através de causas internas em sociedades democráticas dificultam a percepção de formas de controle não aversivas que diminuem o contracontrole. Para eles, enquanto a democracia não abandonar tais concepções, estará desperdiçando a ajuda da ciência. Os dados coletados apresentam uma característica fundamental em ambos os projetos éticos: o behaviorismo radical e a filosofia democrática pretendem “governar” pelo bem comum. Entretanto, analistas do comportamento tecem críticas quanto aos métodos utilizados pelos governos democráticos para tanto, bem como sobre sua eficácia. A proposta democrática é interessante, mas é metodologicamente deficiente. Seus objetivos são negligenciados em prol da preservação de técnicas de controle que pouco contribuem com ações que realmente podem fazer a diferença para a sobrevivência da humanidade. Os resultados mostram que os analistas do comportamento propõem três possibilidades de ação diante do sistema democrático: implantação do projeto utópico de Skinner, substituição do sistema democrático pela personocracia e inserção no sistema democrático. As duas primeiras são, por diversos motivos, de difícil execução. A última pode ser efetuada de cinco formas: produção de conhecimento sobre questões sociais do cotidiano, como procedimentos políticos e suas implicações; disseminação de conhecimento sobre as contingências envolvidas nos processos democráticos; arranjo de contingências que incentivem a cooperação na tomada de decisões; estímulo à participação dos cidadãos na política; e atuação como consultores no processo de formação de políticas públicas ou como agentes de governo profissionais. Por fim, este estudo sugere possibilidades para novas pesquisas na área, como confrontar as proposições analítico-comportamentais com teorias políticas e analisar o funcionamento das instituições características da democracia.

Palavras-chave: democracia; behaviorismo radical; planejamento cultural; análise do comportamento.

ABSTRACT

Szinwelski, Fátima Raquel. (2012). Analytical-behavioral considerations about democracy: Conceptual, methodological and ethical aspects. Master's Thesis. Program of Pos-Graduation in Psychology, Federal University of Paraná, Curitiba.

The aim of this study was to present and discuss the definitions and characterizations made by behavior analysts about the democratic political system as well as pointing out the implications of the interpretation that radical behaviorism offers to this set of cultural practices for cultural planning as proposed by Skinner. The material was selected from the following sources: Skinner's works, relevant national and international journals in the field, Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertations, the electronic address of Los Horcones community and documents previously known by the author. Among this material 106 texts were selected from which 48 presented relevant parts to the research. The collected data was separated into register categories that later served to form categories of analysis, these being made through the hermeneutic epistemological method. The results of the research have shown conflict between the radical behaviorist and democratic philosophies. Despite their understanding of the political and social circumstances from which this political system emerged, behavior analysts state that the conception of human freedom and the justification of actions through internal causes in democratic societies make difficult the perception of non-aversive forms of control that reduce countercontrol. According to them, as long as democracy does not abandon these concepts it is wasting science's help. The collected data show a key feature in both ethical projects: radical behaviorism and democratic philosophy intended to "govern" for the common good. However, behavior analysts criticize the methods used by democratic governments to do so, as well as their effectiveness. The democratic proposal is interesting but it is methodologically deficient. Its goals are neglected for the sake of preserving controlling techniques that seldom contribute to actions that really can make a difference to the survival of humanity. The results have shown that behavior analysts suggest three possibilities for action once faced with the democratic system: implementation of Skinner's utopian project, replacement of the democratic system by personocracy and participation in the democratic system. Due to several reasons the first two ones are difficult to implement. The last one can be done in five ways: production of knowledge about daily social issues, like political processes and their implications; dissemination of knowledge about the contingencies inherent to the democratic system; arrangement of environmental contingencies that encourage cooperation in decision making; encouraging citizens' participation in politics; and acting as consultants in the process of public policies formation or as professionals government agents. Finally, this study suggests possibilities for further research in the area, such as to confront the behavior analytic propositions with political theories and to analyze the functioning of typical democratic institutions.

Keywords: democracy; radical behaviorism; cultural planning; behavior analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição das transcrições por categoria.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de textos selecionados.....	13
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição do número de textos localizados, excluídos e selecionados após leitura de resumos, por fonte.....	12
Tabela 2. Modelo de protocolo de registro.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. Uma breve história do desenvolvimento da democracia.....	2
2. A democracia e o behaviorismo radical.....	5
3. Objetivos.....	7
MÉTODO.....	9
1. Definição do problema de pesquisa.....	9
2. Especificação das informações relevantes.....	9
3. Seleção do material.....	9
4. Levantamento de informações.....	25
5. Tratamento das informações.....	27
1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PRELIMINARES DO BEHAVIORISMO RADICAL PARA A COMPREENSÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS DEMOCRÁTICAS.....	28
1.1 O modelo de seleção por consequências.....	28
1.2 Práticas culturais.....	31
1.3 Ética e análise do comportamento.....	33
1.4 O controle do comportamento humano.....	36
1.5 Categorias conceituais utilizadas na filosofia política democrática.....	39
2 PROBLEMAS FILOSÓFICOS E METODOLÓGICOS DO SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO NA PERSPECTIVA DO BEHAVIORISMO RADICAL.....	45
2.1 Filosofia democrática tradicional e behaviorismo radical.....	46
2.2 Métodos democráticos e behaviorismo radical.....	52
3 POSSIBILIDADES DE POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS ANALISTAS DO COMPORTAMENTO ATRAVÉS DE SUA INSERÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO.....	61
3.1 Implantação do projeto utópico skinneriano.....	62
3.2 Substituição do sistema democrático pela personocracia.....	69
3.3 Inserção no sistema político democrático.....	73

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
---------------------------	----

INTRODUÇÃO

A reportagem de capa de sete de fevereiro de 2011 da Revista *Época*, veículo midiático impresso de grande circulação nacional, abordou a crise das ditaduras no Oriente Médio e a possibilidade emergente de mais um país ser regido pelo sistema democrático: o Egito. Segue abaixo a reprodução de um pequeno trecho da reportagem:

COMO NASCE UMA DEMOCRACIA

de José Antonio Lima

O mais instável dos regimes políticos do mundo é a ditadura. Pode até durar décadas por conta da imposição da força, mas carece de um fundamento básico: a boa vontade dos que são governados por ela. O que o mundo vê agora no Egito é uma prova de que, cedo ou tarde, o povo se cansa de autocratas.

[...]

Embora frequentemente inspiradas pelos ideais de democracia e de participação popular, as transformações políticas implantadas na América Latina, no Leste Europeu e, agora, no Egito e no resto do mundo árabe nem sempre resultam numa democracia. Não bastam eleições para tornar um regime democrático. Uma democracia pressupõe poderes Executivo, Legislativo e Judiciário independentes [...]. Somem-se à democracia representativa a necessidade de liberdades individuais amplas, de acesso a fontes de informação diversificadas e a não interferência da religião nas decisões do Estado.

Na seção *Mundo* do jornal *A Folha*, de primeiro de março de 2011, a coluna do repórter Clóvis Rossi, da qual é feita abaixo a reprodução de um pequeno trecho, também debate a democracia:

DEMOCRACIA TEM DONO?

De Clóvis Rossi

É engraçado (ou triste, dependendo do gosto do freguês): os Estados Unidos e os países europeus ocidentais passaram a vida, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, dando sermões sobre a democracia, seus méritos e sua imperiosa necessidade, para o resto do planeta. Bom, aí veio a onda de redemocratização na América Latina, nos anos 80. Em seguida, nos anos 90, na Europa Oriental e até na Rússia, ainda que o teor de democracia na Rússia seja no mínimo discutível. Ficavam faltando, basicamente, países da Ásia, a África e o Oriente Médio praticamente inteiro, com exceção de Israel, ainda que aqui também haja polêmica, mas não é o assunto de hoje. Agora, por fim, países árabes começam a sentir os efeitos de uma gigantesca onda democrática, que já varreu duas ditaduras (Tunísia e Egito), sitiou outra (Líbia) e sopra também em vários países mais.

Ambos os textos retratam o momento histórico-político vivido neste início do século XXI: o crescimento da democracia. Ela parece ser hoje parte central da autoimagem das nações ocidentais e tende a aumentar sua expansão (Bird, 2011). Essa posição tem implicações morais e práticas, já que a democracia é vista como o tipo de governo normalmente preferível na maior parte do mundo contemporâneo e que muitos benefícios importantes supostamente advêm da condição democrática de um país (O'Donnell, 1999).

1. Uma breve história do desenvolvimento da democracia

Etimologicamente, o termo democracia é a combinação de *demos* (povo) e *krátos* (governo). Em tradução literal, o significado é simples: governo do povo (Cunha, 1982). Para Sartori (1965), contudo, democracia é, provavelmente, uma das palavras utilizadas com maior ambiguidade, em virtude de suas inúmeras definições, que ultrapassam a explicação etimológica. Além disso, há possibilidade de uso do termo em várias classes gramaticais: a democracia é classificada como substantivo, adjetivo e verbo (Bird, 2011). Por isso, torna-se necessário conhecer o que é, qual sua evolução histórica e quais são seus fundamentos para compreendê-la em seu sentido integral.

De maneira geral, a democracia é a forma de organização de grupos de pessoas cujo atributo predominante é que o poder reside na totalidade de seus membros, fazendo com que a tomada de decisões busque realizar interesses coletivos (Bonavides, 1967/1997; Cunningham, 2009). Em outras palavras, considera-se democracia uma “propriedade possível e variável de uma prática social específica, a de governar ou (de modo mais amplo) a da tomada coletiva de decisões” e, sendo assim, “os usos focais do conceito de democracia são qualificações adjetivas de tais práticas” (Bird, 2011, p. 215). Em sentido estrito, a democracia é uma forma de governo e de organização do Estado, na qual as decisões coletivas são adotadas pelo povo mediante formas de participação direta ou

indireta – sendo que esta última dá legitimidade à escolha de representantes (Neto, 1997; O'Donnell, 1999).

Historicamente, a democracia nasceu na Grécia Antiga. Realizada no espaço restrito de Atenas, apresentava-se na forma de participação direta. Clístenes, o grande nome da democracia ateniense, em sua reforma política, proporcionou o direito dos cidadãos ao voto e a ocupação de cargos, independentemente de sua condição financeira. Dessa forma, as decisões políticas eram tomadas através de um sistema de assembleias, do qual, teoricamente, qualquer cidadão podia participar. No plano formal, a democracia realmente garantia a igualdade política; contudo, no plano real, a participação era limitada a cidadãos homens, maiores de 18 anos e filhos de atenienses (Bonavides, 1967/1997; Cunningham, 2009; Neto, 1997). Apesar disso, o surgimento do regime democrático caracterizou uma importante contraposição aos regimes de governo monárquicos e aristocráticos até então vigentes (Burns, 1957).

Principalmente em virtude da Guerra do Peloponeso, que provocou a decadência da Grécia entre os anos de 431 e 404 a.C., a democracia deixou de fazer parte do cenário político por toda a Idade Média. Cerca de dois mil anos mais tarde, intelectuais foram levados a discutir os poderes absolutos dos governantes, devido aos seus abusos. Com a Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776), com a Revolução Francesa (1789), com a Revolução Industrial e com o início das revoluções burguesas, a cidadania e a participação popular aumentaram. O constitucionalismo moderno e a declaração dos direitos do homem e do cidadão fizeram com que os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade ganhassem espaço rapidamente (Perry, 1985/1999). A corrente liberal¹ defendia

¹Embora a teoria liberal não tenha se desenvolvido prioritariamente como uma teoria política democrática, ela parte do mesmo ponto: o indivíduo é defendido como igual a qualquer outro – em igualdade jurídica e de oportunidade, com iguais pontos de partida e, por isso, livre para competir. Segundo Sartori (1965), os ideais liberal e democrático mesclaram-se na segunda metade do século XIX, e essa mescla fez-se confusa. Eles podem apresentar-se conjuntamente na forma de democracia liberal, em que as pessoas teoricamente

um Estado de autoridade legislativa que garantisse a igualdade *natural* entre os homens e o direito à propriedade. Filósofos, como Montesquieu, afirmavam que o povo necessitava de um governo que decidisse por ele. Dado o contexto, a democracia ressurgiu sob forma de governo representativo (Bonavides, 1967/1997; Gutmann, 1995; Neto, 1997).

Por volta da metade do século XIX, Alexis de Tocqueville aparece como figura importante na política francesa ao discutir a democracia moderna, especialmente a estadunidense. De acordo com Cunningham (2009), ele postulava que uma nação é democrática quando torna possível a igualdade de condições, seja ela para votar, para ocupar cargos ou para ter vantagens econômicas e culturais iguais. Postulava que a democracia envolvia autogoverno do povo e promovia o bem comum.

Em meados do século XX, três importantes personagens fizeram parte do cenário das discussões sobre democracia no mundo: Robert Dahl, Joseph Schumpeter e Giovanni Sartori. Dahl (1989) estabelece quatro características mínimas para que um regime seja considerado democrático: (1) é necessário que os cidadãos tenham direito de escolher seus governos por meio de eleições com participação de todos; (2) as eleições devem ser regulares e abertas a quem quiser participar; (3) é preciso que os direitos de organização e de expressão dos partidos políticos sejam garantidos e (4) as informações sobre as ações dos governos devem estar acessíveis. Dahl ainda contribuiu para a definição do regime ao dizer que o governo deve ter responsabilidades diante dos cidadãos, o que lhes traz garantias, como a manutenção dos direitos humanos.

Conforme Cunningham (2009), Schumpeter, além de considerar os aspectos levantados por Dahl, também apresenta a democracia como um método para selecionar políticos. Quanto melhor preenche as precondições para o método, mais um regime pode

poderiam gozar de ambos – mas não precisam estar necessariamente juntos. Bobbio (1988) afirma que a interdependência desses ideais é um problema extremamente complexo e pouco linear, em virtude das inúmeras variáveis que o determinam.

ser considerado democrático. São elas: disponibilidade de políticos competentes; segurança de que os especialistas – e não os políticos – tomarão as decisões que necessitam de conhecimento específico; uma burocracia bem treinada; e membros com alta taxa de tolerância às diferenças de opinião. Para Sartori (1965), as democracias dependem da limitação do poder (no sentido de que os governantes não podem fazer tudo o que desejam), de procedimentos eleitorais e de transmissão de poder aos representantes, assim como de opinião pública autônoma.

A história e as características estruturais da democracia recebem ênfase na discussão realizada por seus principais estudiosos. Apesar das diferentes classificações, o ideal democrático que permeia a evolução dessa prática cultural permanece o de participação política de todos para a busca do bem-comum (Rosenfield, 1994), e suas ações políticas surgem como procedimentos através do quais se pretende concretizá-lo.

2. A democracia e o behaviorismo radical

Sendo a democracia um regime amplamente estudado, sob os mais distintos aspectos, por sociólogos, filósofos, economistas, juristas, cientistas políticos e outros profissionais, parece pertinente que a análise do comportamento envolva-se na discussão de temas tão centrais para o planejamento de uma sociedade como esse, já que é uma ciência que busca a explicação, a previsão e o controle do comportamento humano. Para Skinner (1953/1965, p. 9), questões políticas podem e devem ser analisadas comportamentalmente: “totalitarismo ou democracia, o estado ou o indivíduo, sociedade planificada ou *laissez-faire*, o impacto das culturas sobre povos estranhos, determinismo econômico, iniciativa privada, propaganda, educação, guerra ideológica – tudo isso diz respeito à natureza fundamental do comportamento humano”.

Ao contrário dos julgamentos precipitados, como afirmações de que a análise do comportamento negligencia a particularidade de cada indivíduo, que se limita a experimentos em laboratório, que desumaniza o homem, que está distante dos problemas e dos interesses sociais, Skinner sempre teve a preocupação de aplicar suas descobertas de laboratório para a sociedade. Durante toda a sua obra, dedicou-se a analisar fenômenos que certamente poderiam ser chamados de problemas de âmbito sociocultural, relacionados à sociedade e a melhor forma de sua organização para a sobrevivência do ser humano e de suas culturas. Além disso, discutiu suas possíveis soluções através de uma intervenção planejada, assinalando claramente que “propor uma mudança em uma prática cultural, fazer tal mudança e aceitá-la são partes do nosso objeto de estudo” (1953/1965, p. 427). Para ele, é possível lidar eficientemente com os fenômenos quando se descobrem as leis que os governam, e quando tais leis são organizadas em um sistema teórico. Embora ainda não seja possível planejar uma cultura bem sucedida, é viável propor melhores métodos para se realizar determinadas práticas (Skinner, 1971/1977).

Como uma ciência dos valores, a análise do comportamento pode interpretar fenômenos nos quais está envolvido o complexo conjunto de práticas culturais inter-relacionadas chamadas *democracia*. Skinner (1977/1978c) inclusive escreveu um texto que especificamente comenta o tema e nele faz uma breve análise do sistema. O behaviorismo radical pode, portanto, trazer contribuições importantes para sua compreensão:

Os estudos tradicionais de ciência política lidam com a história e com propriedades dos governos, com vários tipos de estrutura governamental e com teorias e princípios que têm sido oferecidos para justificar práticas governamentais. Estamos preocupados principalmente com os processos comportamentais através dos quais o governo exerce controle. Temos que examinar o comportamento resultante no governado e o efeito desse comportamento que explica porque a agência continua a controlar. (Skinner, 1953/1965, p. 335)

O behaviorismo radical tem muito a dizer, enquanto filosofia da análise do comportamento, sobre o que constitui o âmbito psicológico, bem como sobre a natureza e produção do conhecimento científico (Abib, 2001). Além disso, preocupa-se com as possibilidades de fundamentar o planejamento de uma cultura. Sendo assim, está habilitada a debater temas amplos e centrais na cultura como a linguagem, a ética, a arte, a natureza humana e a política, e, dentro dela, a democracia (Tourinho, 1999).

3. Objetivos

O presente estudo tem como objetivo apresentar e discutir as definições e caracterizações feitas por analistas do comportamento a respeito do sistema político democrático. Pretende-se também apontar as implicações da interpretação que o behaviorismo radical oferece a esse conjunto de práticas culturais para o planejamento cultural proposto por Skinner, através da compilação de todas as avaliações, críticas e recomendações de ordem política referentes ao fenômeno social *democracia* no âmbito da análise do comportamento. Busca-se responder às seguintes perguntas: Como analistas do comportamento caracterizam/descrevem a democracia? Quais as implicações disso para o planejamento cultural na análise do comportamento?

Não se pretende aqui discutir os rumos da democracia, tampouco as limitações ou vantagens das diversas teorias da ciência política. Também não é foco desta pesquisa discutir as práticas culturais produzidas por analistas do comportamento em ambientes democráticos. As instituições características desse sistema político não serão analisadas, assim como as proposições analítico-comportamentais não serão confrontadas com alguma das teorias políticas referidas na introdução. O que se quer, neste momento, é compilar e analisar informações através das quais seja possível iniciar um diálogo, provavelmente útil, entre análise do comportamento e ciência política, através do tema *democracia*.

Nas próximas páginas, serão apresentadas as decisões metodológicas que orientaram a realização deste trabalho. Em seguida, ao longo de três capítulos, serão apresentados os resultados do exame da literatura e as respostas às perguntas propostas. O primeiro capítulo discutirá os fundamentos conceituais preliminares do behaviorismo radical para a compreensão do fenômeno democracia. O segundo capítulo tratará da caracterização filosófica e metodológica do fenômeno pelo behaviorismo radical. E o terceiro capítulo examinará algumas implicações do sistema democrático ao planejamento cultural proposto pelos analistas do comportamento.

MÉTODO

O presente trabalho insere-se no contexto de trabalhos de análise cultural no Behaviorismo Radical. O trabalho foi desenvolvido tomando-se a sequência de decisões metodológicas proposta por Tourinho (2010): definição do problema de pesquisa; especificação das informações relevantes; seleção do material; levantamento de informações; e tratamento das informações.

1. Definição do problema de pesquisa

Este trabalho busca caracterizar a posição do behaviorismo radical em relação ao fenômeno *democracia*, bem como examinar suas implicações para o planejamento cultural proposto pelos analistas do comportamento. O trabalho busca responder às perguntas: Como analistas do comportamento caracterizam/descrevem a democracia? Quais as implicações disso para o planejamento cultural na análise do comportamento?

2. Especificação das informações relevantes

Os textos buscados deveriam abordar o tema *democracia* ou fazer referência a fenômenos políticos, preferencialmente relacionados a sistemas governamentais, a processos de decisão que afetam políticas públicas, a comunidades experimentais, a planejamento cultural, à organização social e/ou a *Walden Two*.

3. Seleção do material

As informações para o desenvolvimento do trabalho foram buscadas em cinco fontes: (1) obras de Skinner, (2) periódicos científicos internacionais relevantes na área (3) periódicos científicos nacionais relevantes na área, (4) Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações e (5) o ícone “personocracia” do endereço eletrônico da Comunidade Los Horcones. A fonte 1 foi eleita porque Skinner é considerado fundador e principal teórico do behaviorismo radical. As fontes 2 e 3 foram escolhidas por contemplarem os veículos de comunicação científica mais representativos da área da análise do comportamento: na fonte (2), *Behavior and Philosophy* (antiga *Behaviorism*), *Behavior and Social Issues*, *Journal of Applied Behavior Analysis*, *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, *European Journal of Behavior Analysis*, *Acta Comportamentalia*, *The Behavior Analyst*, *Behavior Analyst Today* e *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*. Na fonte (3), *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* e *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*. A fonte 4 foi escolhida por ter o mais completo banco de teses e dissertações do país. Por fim, a fonte 5 foi selecionada por ser o espaço onde esta comunidade experimental, baseada em princípios da análise do comportamento, relata sua organização política.

A seleção do material da fonte 1 foi realizada tendo como base Andery, Micheletto & Sérgio (2004), artigo que apresenta um levantamento das publicações de Skinner entre 1930 e 2004. Todos os livros, capítulos de livros, artigos ou entrevistas cujos títulos fizessem referência ao tema ou a fenômenos políticos foram selecionados. Os livros *Science and Human Behavior*, *Beyond Freedom and Dignity* e *Walden Two* tiveram todos os seus capítulos selecionados e, portanto, foram citados apenas uma vez na lista total de textos.

Nos mecanismos de busca dos periódicos *Behavior and Social Issues*, *Journal of Applied Behavior Analysis*, *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, *European Journal of Behavior Analysis*, *Acta Comportamentalia* e *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, disponíveis em páginas da Internet, foram procurados

artigos com as palavras-chave democracia, política, governo, cultura e sociedade. Para refinar a busca e para fazer a pesquisa em periódicos sem tais mecanismos (caso de *Behaviorism*, *Behavior and Philosophy*, *The Behavior Analyst*, *The Behavior Analyst Today*, *Revista Mexicana de Análisis de La Conducta*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* e *Perspectivas em Análise do Comportamento*), artigos que poderiam tratar do tema foram procurados nos sumários dos volumes dos periódicos.

A seleção dos textos da fonte 4 também passou pelo procedimento de busca por palavras-chave; contudo, elas foram combinadas com a expressão “behaviorismo radical” como forma de restringir a investigação apenas a pesquisas baseadas nesta abordagem teórica. A expressão “análise do comportamento” não foi utilizada já que, em pesquisa preliminar, trouxe grande quantidade de trabalhos não fundamentados nesta teoria.

Os textos selecionados foram submetidos a uma análise preliminar através da leitura de seus resumos ou de sua primeira página. Alguns deles foram excluídos, como, por exemplo, *There's a policy for that: A comparison of the organizational culture of workplaces reporting incidents of sexual harassment*, já que o termo *culture* trata de cultura organizacional e não está ligado ao contexto político governamental, e *Is behaviorism becoming a pseudoscience?*, uma vez que apresenta a análise do comportamento como uma teoria que não possui uma explicação convincente da etiologia da esquizofrenia, mas foi selecionado com a utilização da palavra-chave *governo*. Textos como, por exemplo, *Reflections on Cuba*, que faz uma análise dos problemas do sistema político cubano em relação ao norte-americano, e *Voting: A behavioral analysis*, que fala sobre uma experiência com processo de decisão por votação na Holanda, foram mantidos na relação de textos a serem utilizados, pois tratam de temas políticos, potencialmente importantes para uma discussão sobre democracia. Os resultados desse processo podem ser vistos na Tabela 1.

TABELA 1

Distribuição do Número de Textos Localizados, Excluídos e Seleccionados após Leitura de Resumos, por Fonte

Fonte	Textos	Textos	Total
	Localizados	Excluídos	
Obra de Skinner	48	9	39
Behaviorism	5	2	3
Behavior and Philosophy	4	2	2
Behavior and Social Issues	63	35	28
The Behavior Analyst	6	0	6
Behavior Analyst Today	1	0	1
Journal of Experimental Analysis of Behavior	26	25	1
Journal of Applied Behavior Analysis	39	34	5
European Journal of Behavior Analysis	4	4	0
Acta Comportamentalia	3	2	1
Site da comunidade Los Horcones	4	3	1
Revista Mexicana de Análisis de La Conducta	1	0	1
Revista Brasileira de Análise do Comportamento	1	0	1
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva	12	11	1
Perspectivas em Análise do Comportamento	1	0	1
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	15	13	2
Total	233	140	93

Além dos 93 textos seleccionados, foram adicionados mais 13 textos e um livro, conhecidos a partir de um contato prévio com a literatura, mas que não foram localizados por meio das buscas descritas. Assim, foram seleccionados 106 textos para a análise. Eles foram numerados, obedecendo à ordem cronológica e de autoria, seguindo as normas de referência da *American Psychological Association*. A lista completa dos textos é apresentada no Quadro 1:

QUADRO 1

Lista de Textos Selecionados

Ordem de Publicação	Referência
1	Skinner, B. F. (1965). <i>Science and human behavior</i> . New York: The Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
2	Skinner, B. F. (1969). Utopia as an experimental culture. Em B. F. Skinner, <i>Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis</i> (pp. 29-49). New York: Appleton-Century-Crofts.
3	Skinner, B.F. (1971). A behavioral analysis of value judgments. Em E. Tobach, L. R. Aronson & E. Shaw (Orgs.). <i>The biopsychology of development</i> (pp. 543-551). New York: Academic Press.
4	Skinner, B. F. (1972). Freedom and the control of men. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 03-18). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1956)
5	Skinner, B. F. (1972). Man. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 39-50). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1964)
6	Skinner, B. F. (1972). Some issues concerning the control of human behavior. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 25-38). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1956)
7	Skinner, B. F. (1972). The control of human behavior. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 19-24). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1955)

Ordem de Publicação	Referência
8	Skinner, B. F. (1972). The design of cultures. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 39-50). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1961)
9	Skinner, B. F. (1972). The design of experimental communities. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 58-65). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1968)
10	Skinner, B. F. (1972). Why are the behavioral sciences not more effective?. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Cumulative record: A selection of papers</i> (pp. 421-428). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1971)
11	Skinner, B. F. (1973). Answers for my critics. Em H. Wheeler (Ed.), <i>Beyond the punitive society (Operant conditioning: social and political aspects)</i> (pp. 256-266). San Francisco: W. H. Freeman.
12	Skinner, B. F. (1974). The question of control. Em B. F. Skinner, <i>About behaviorism</i> (pp. 189-205). New York: Alfred A. Knopf.
13	Skinner, B. F. (1974). Um pensamento polêmico. <i>Veja</i> , 25 de setembro, 03-06. (entrevista)
14	Skinner, B. F. (1975). Behavior control: freedom and morality. <i>Teaching Philosophy</i> , 1, 175-177.
15	Audi, R. N. (1976). B. F. Skinner on Freedom, Dignity, and the Explanations of Behavior. <i>Behaviorism</i> , 4, 163-186.
16	Barker, D. R. (1976). The funny picture of freedom and how to treat it. <i>Behaviorism</i> , 4, 119-134.

Ordem de Publicação	Referência
17	Freedman, A. L. (1976). <i>Uma sociedade planejada: Uma análise das proposições de Skinner</i> . São Paulo: Edusp. (Trabalho original publicado em 1972)
18	Skinner, B. F. (1977). <i>Beyond freedom and dignity</i> . New York: Pelican Books. (Trabalho original publicado em 1971)
19	Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 11(1), 163-174.
20	Skinner, B. F. (1978). Are we free to have a future? Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 16-32). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1973)
21	Skinner, B. F. (1978). Freedom at last from the burden of taxation. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 199-201). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1977)
22	Skinner, B. F. (1978). Freedom and dignity revisited. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 195-198). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1972)
23	Skinner, B. F. (1978). Human behavior and democracy. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 03-15). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1977)
24	Skinner, B.F. (1978). The ethics of helping people. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 33-47). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1976)

Ordem de Publicação	Referência
25	Skinner, B. F. (1978). The steep and thorny way to a science of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 68-82). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1975)
26	Skinner, B. F. (1978). <i>Walden Two: Uma sociedade para o futuro</i> . São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1948)
27	Skinner, B. F. (1978). Walden (one) and Walden Two. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 188-194). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1973)
28	Skinner, B. F. (1978). Walden Two revisited. Em B. F. Skinner (Org.), <i>Reflections on behaviorism and society</i> (pp. 56-66). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1976)
29	Garrett, R. (1979). Value conflict in the skinnerian analysis. <i>Behaviorism</i> , 7, 9-16.
30	Fawcett, S. B. (1980). Some promising dimensions for behavioral community technology. <i>Journal of Applied Behavioral Analysis</i> , 13, 505-518.
31	King, L. (1981). Adoption of innovations from applied behavioral research: Does anybody care? <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 14(4), 491-505.
32	Skinner, B. F. (1982). I am most concerned with the relevance of a behavioral analysis to the problems of the world today. <i>Psychology Today</i> , 16, 48-49.

Ordem de Publicação	Referência
33	Skinner, B. F. (1983). Estado de alerta máximo. <i>Veja</i> , 15 de junho, 03-06. (entrevista)
34	Skinner, B. F. (1983). Ninguém é livre. <i>Isto é</i> , 30 de novembro, pp. 48-49. (entrevista)
35	Skinner, B. F. (1983). Utopia ou desastre. <i>Ciência Ilustrada</i> , abril, pp. 22-25 (entrevista)
36	Skinner, B. F. (1984). Some consequences of selection. <i>The Behavioral and Brain Sciences</i> , 7, 502-510.
37	Malagodi, E. F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for cultural analysis. <i>The Behavior Analyst</i> , 9, 1-17.
38	Segal, E. F. (1987). Walden Two: The morality of anarchy. <i>The Behavior Analyst</i> , 10, 147-160.
39	Skinner, B. F. (1987). News from nowhere, 1984. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Upon further reflection</i> (pp.33-50). Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1985)
40	Skinner, B. F. (1987). Selection by consequences. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Upon further reflection</i> (pp.51-64). Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1981)
41	Skinner, B. F. (1987). Some thoughts about the future. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Upon further reflection</i> (pp.193-208). Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1986)
42	Skinner, B. F. (1987). What is wrong with daily life in the western world?. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Upon further reflection</i> (pp.15-31). Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1986)

Ordem de Publicação	Referência
43	Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. Em B.F. Skinner (Org.), <i>Upon further reflection</i> (pp.01-14). Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1987)
44	Malagodi, E. F. & Jackson, K. (1989). Behavior analysts and cultural analysis: Troubles and issues. <i>The Behavior Analyst</i> , 12, 17-33.
45	Skinner, B. F. (1989). A new preface to <i>Beyond Freedom and Dignity</i> . Em B. F. Skinner (Org.), <i>Recent issues in the analysis of behavior</i> (pp. 121-135). Columbus, OH: Merrill.
46	Los Horcones (1990). Personocracia: Una forma de gobierno basada en la ciencia del análisis de La conducta. <i>Revista Latinoamericana de Psicología</i> , 22(1), 111-130.
47	Skinner, B. F. (1990). The non-punitive society. <i>Japanese Journal of Behavior Analysis</i> , 5, 98-106.
48	Skinner, B. F. (1990). To know the future. <i>The Behavior Analyst</i> , 13, 103-106.
49	Lamal, P. A. (1991). Apathy and irresponsibility in social systems. Em P. A. Lamal, <i>Behavioral analysis of societies and cultural practices</i> (pp. 219-240). New York: Hemisphere.
50	Lamal, P. A. (1991). Behavioral analysis of societies and cultural practices. Em P. A. Lamal, <i>Behavioral analysis of societies and cultural practices</i> (pp. 3-12). New York: Hemisphere.

Ordem de Publicação	Referência
51	Lamal, P. A. (1991). Behavioral analysis of the socialism in eastern europe: A framework for understanding the revolutions of 1989. Em P. A. Lamal, <i>Behavioral analysis of societies and cultural practices</i> (pp. 87-105). New York: Hemisphere.
52	Lamal, P. A. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. Em P. A. Lamal, <i>Behavioral analysis of societies and cultural practices</i> (pp. 38-73). New York: Hemisphere.
53	Lamal, P. A. (1991). Culture and society: The role of behavioral analysis. Em P. A. Lamal, <i>Behavioral analysis of societies and cultural practices</i> (pp. 13-37). New York: Hemisphere.
54	Lamal, P. A. (1991). Three metacontingencies in the preperestroika soviet union. <i>Behavior and Social Issues</i> , 1(1), 75-90.
55	Mattaini, M. A. (1991). Walden 1.9: Successive approximations. <i>Behavior and Social Issues</i> , 7, 53-60.
56	Reid, D. H. (1991). Technological behavior analysis and societal impact: A human services perspective. <i>Journal of Applied Behavioral Analysis</i> , 24, 437-439.
57	Boyle, M. E. & Shanley, D. (1992). Reflections of Cuba. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2(2), 95-98.
58	Linger, E. (1992). Combining moral and material incentives in Cuba. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2(2), 119-136.

Ordem de Publicação	Referência
59	Mallot, M. (1992). Designing a humanitarian culture: An analysis of the cuban experiment. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2(2), 89-93.
60	Miller, L. K., Altus, D. E. & Welsh, T. M. (1992). Must people be forced to use behavior analysis? A review of Walden Three by Ruben Ardila. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2(1), 99-118.
61	Nevin, J. A. (1992). B. F. Skinner: On behalf of the future. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2(1), 83-88.
62	Thyer, B. A. (1992). Waldon "U": First report of a behaviorally-based college. <i>Behavior and Social Issues</i> , 2, 145-154.
63	Andery, M. A. P. A. (1993). Skinner: A cultura como um compromisso da ciência. <i>Acta Comportamentalia</i> , 1(2), 144-154.
64	Newman, B. (1993). Discriminating utopian from dystopian literature: Why is Walden Two considered a dystopia? <i>The Behavior Analyst</i> , 16, 167-175.
65	Opulente, M. & Mattaini, M. A. (1993). Toward welfare that works. <i>Behavior and Social Issues</i> 3, 17-34.
66	Skinner, B. F. (1993). A world of our own. <i>Behaviorology</i> , 1, 03-05.
67	Sidman, M. (1993). Reflections on behavior analysis and coercion. <i>Behavior and Social Issues</i> 3, 75-85.
68	Hawkins, R. P., Greene, B. F. & Fuqua, W. (1995). Current societal concerns: Introduction. <i>Journal of Applied Behavioral Analysis</i> , 28, 399-400.
69	Mattaini, M. A. (1995). Teaching cultural design: Shaping new behaviorists. <i>Behavior and Social Issues</i> , 5(2), 21-28.

Ordem de Publicação	Referência
70	Mawhinney, V. T. (1995). Metabehaviors as discriminative stimuli for planned cultural revolution. <i>Behavior and Social Issues</i> , 5(1), 35-44.
71	Pojman, L. (1995). Theories of equality: A critical analysis. <i>Behavior and Philosophy</i> , 23(2), 1-27.
72	Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. <i>Behavior and Social Issues</i> , 5(2), 29-44.
73	Mattaini, M. A. (1996). Envisioning cultural practices. <i>The Behavior Analyst</i> , 19, 257-272.
74	Mattaini, M. A. & Twyman, J. S. (1996). The Walden fellowship experiments. <i>Behavior and Social Issues</i> , 6, 96-107.
75	Visser, M. (1996). Voting: A behavioral analysis. <i>Behavior and Social Issues</i> , 6, 23-34.
76	Malott, R. W. (1998). A reply to reforming welfare reform. <i>Behavior and Social Issues</i> , 8(2), 149-152.
77	Mattaini, M. A. (1998). Reforming welfare reform. <i>Behavior and Social Issues</i> , 8, 141-148.
78	Nevin, J. A. (1998). Contingencies of welfare reform. <i>Behavior and Social Issues</i> , 8, 101-108.
79	Ruiz, M. R. (1998). Women and Welfare Reform: How Well Can We Fare "Without Education? <i>Behavior and Social Issues</i> , 8(2), 153-158.

Ordem de Publicação	Referência
80	Leigland, S. (1999). Pragmatism, science and society: A review of Richard Rorty's objectivity, relativism and truth: Philosophical papers, volume 1. <i>Journal of the Experimental Behavior Analysis</i> , 71(3), 483-500.
81	Malott, R. W. (1999). Saving the world with behavioral comunitarianism: Los Horcones. <i>Behavior and Social Issues</i> , 9, 61-66.
82	Mattaini, M. A. (2001). The science of behavior and human rights. <i>Behavior and Social Issues</i> , 11, 1-3.
83	Moore, S. K. & Mattaini, M. A. (2001). Consequence analysis: An on-line replication. <i>Behavior and Social Issues</i> , 11, 71-79.
84	Staddon, J. E. R. (2001). Science as politics by other means: Fact and analysis in an ethical world. <i>Behavior and Philosophy</i> , 29, i-iii.
85	Goldiamond, I. (2002). Toward a constructional approach to Social Problems. <i>Behavior and Social Issues</i> , 11, 108-197.
86	Los Horcones (2002). Western cultural influences in behavior analysis as seen from a Walden Two. <i>Behavior and Social Issues</i> , 11, 204-212.
87	Dittrich, A. (2004). <i>Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social</i> . Tese de doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos.
88	Glenn, S. S. (2004). Individual behavior, culture and social change. <i>The Behavior Analyst</i> , 27, 133-151.
89	Holpert, E. C. (2004). Questões sociais na análise do comportamento: Artigos do Behavior and Social Issues (1991 - 2000). <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 6(1), 1-16.

Ordem de Publicação	Referência
90	Pennypacker, H. S. (2004). Complexity and selection: A template for nation building. <i>Behavior and Social Issues</i> , 13, 134-135.
91	Skinner, B. F. (2004). Psychology in the year 2000. <i>Journal of the Experimental Behavior Analysis</i> , 81, 207-213.
92	Andery, M. A. P. A. & Sérgio, T. M. A. P. (2005). O conceito de metacontingências: Afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), <i>Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade</i> (pp.29-36). Santo André: ESETec.
93	Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. & Sérgio, T. M. A. P. (2005). A análise de fenômenos sociais: Esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. <i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento</i> , 1 (1), 149-165.
94	Carrara, K. (2005). <i>Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica</i> . São Paulo: Unesp. (Trabalho original publicado em 1988)
95	Glenn, S. (2005). Metacontingências em Walden Dois. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), <i>Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade</i> (pp.13-28). Santo André: ESETec.
96	Todorov, J. C. (2005). A constituição como metacontingência. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), <i>Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade</i> (pp.29-36). Santo André: ESETec.
97	Todorov, J. C. (2005). Laws and the complex control of behavior. <i>Behavior and Social Issues</i> , 14, 86-91.

Ordem de Publicação	Referência
98	Todorov, J. C. & Moreira, M. (2005). Análise experimental do comportamento e sociedade: Um novo foco de estudo. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), <i>Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade</i> (pp.37-44). Santo André: ESETec.
99	Wolpert, R. S. (2005). A multicultural feminist analysis of Walden Two. <i>The Behavior Analyst Today</i> , 6, 186-190.
100	Jackson, M. M. (2006). Behavior analysis and social dynamics: some questions and concerns. <i>Behavior and Social Issues</i> , 15, 57-67.
101	Beltrán, L. F. G. (2007). Cooperación en dilemas de bienes públicos: el tamaño del grupo como señal de aportación. <i>Revista Mexicana de Análisis de La Conducta</i> , 33, 205-224.
102	Castro, M. S. L. B. (2007). <i>A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical</i> . Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
103	Martone, R. C. & Todorov, J. C. (2007). O desenvolvimento do conceito de metacontingência. <i>Revista Brasileira de Análise do Comportamento e Medicina Comportamental</i> , 3(2), 181-190.
104	Mattaini, M. A. (2010). Cultural analysis and social change in Medellín. <i>Behavior and Social Issues</i> , 19, 1-5.
105	Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. <i>Revista Perspectivas em Análise do Comportamento</i> , 1(1), 44-54.

Ordem de Publicação	Referência
106	Sampaio, A. A. S. & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: Uma análise comportamental de fenômenos sociais. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 26(1), 183-192.

4. Levantamento de informações

Uma vez selecionados, os textos foram lidos e fichados, gerando um arquivo com transcrições, posteriormente utilizado para o desenvolvimento das análises do trabalho. Foram realizadas transcrições de trechos que apresentassem informações diretas ou indiretas sobre o fenômeno democracia e, para tanto, foram escolhidas quatro categorias de registro que fizessem referência a: (1) finalidades da democracia, (2) aspectos conceituais, (3) dimensões metodológicas e (4) articulações com o sistema explicativo analítico-comportamental. Os trechos identificados foram transcritos em um Protocolo de Registro, conforme Tabela 2.

TABELA 2

Modelo de Protocolo de Registro

Nº	Texto/Autor	Ano	Página	Categoria	Trecho destacado
1	Science and Human Behavior	1953/ 1965	446- 447	2	As filosofias democráticas do governo, baseadas nos direitos do homem, têm asseverado que todos os indivíduos são iguais perante a lei.

Foram transcritas um total de 188 passagens, distribuídas nas quatro categorias de registro. A distribuição pode ser observada na Figura 1.

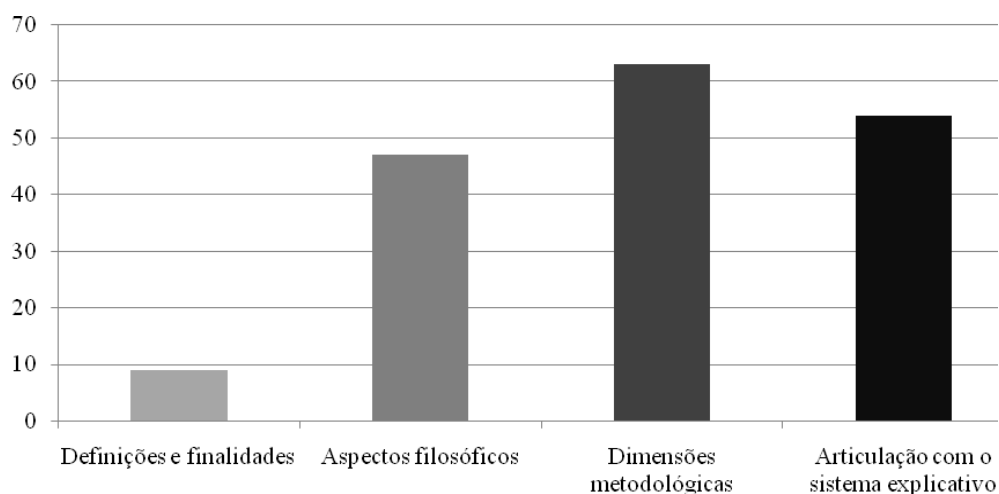


Figura 1. Distribuição das Transcrições por Categoria

A categoria mais frequente foi a de *dimensões metodológicas*, na qual estão os trechos que apresentam considerações sobre o funcionamento do sistema democrático, com 69 transcrições. A segunda categoria mais frequente foi a de *articulação com o sistema explicativo* que embasa esta dissertação, da qual fazem parte as transcrições que possibilitam diálogo entre o projeto político proposto pela análise do comportamento e o sistema político democrático, com 58 transcrições. A categoria *aspectos filosóficos* deu origem a 51 transcrições, que tratam dos pressupostos filosóficos que sustentam práticas democráticas. Por fim, a categoria *definições e finalidades* da democracia registrou 10 transcrições.

Dos 106 textos selecionados, quarenta e oito apresentaram trechos relevantes. A maior quantidade de transcrições foi registrada nas obras de Skinner e, em especial, no livro *Walden Two* e nos capítulos *Human behavior and democracy* e *Freedom and the control of men*. Além deles, os textos *Personocracia: Una forma de gobierno basada em*

la ciencia del análisis de la conducta (Los Horcones, 1990) e *Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social* (Dittrich, 2004) tiveram um número considerável de trechos selecionados.

5. Tratamento das informações

A partir das informações coletadas através das categorias de registro e da releitura do arquivo de suas transcrições, foram estabelecidas as seguintes categorias de análise: (1) fundamentos filosóficos da democracia tradicional e behaviorismo radical, (2) métodos de estabelecimento e manutenção do sistema democrático e o behaviorismo radical, e (3) posicionamento político de analistas do comportamento perante sociedades democráticas. Estas categorias basearam a elaboração do segundo e do terceiro capítulo desta dissertação.

Para análise dos dados, foi utilizado o método epistemológico hermenêutico, que procura esclarecer o sentido do texto considerando o momento histórico e cultural em que foi elaborado, e permite ao leitor construir sua interpretação em seu contexto. Além disso, procura a coerência interna das ideias e da linguagem do texto, bem como sua utilidade prática (Abib, 1996).

1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS PRELIMINARES DO BEHAVIORISMO RADICAL PARA A COMPREENSÃO DE PRÁTICAS CULTURAIS DEMOCRÁTICAS

No processo de análise de um evento, o pesquisador não está apenas sob controle do fenômeno em si: ele está inserido em uma comunidade verbal que partilha certos pressupostos e crenças. Uma descrição, para ser útil, necessita de coerência com o sistema explicativo adotado. Este capítulo procura expor de forma breve o sistema explicativo que servirá de base para a compreensão do fenômeno democracia.

1. 1 O modelo de seleção por consequências

Behavioristas radicais estudam a interação entre organismos e ambientes. Partindo da possibilidade de ordem e regularidade no comportamento, Skinner (1953/1965) postulou que seria possível tentar prever e controlar o comportamento de um organismo, já que as leis de uma ciência são definidas a partir da relação entre variáveis dependentes e variáveis independentes, ou seja, de relações funcionais.

A investigação das relações entre as respostas de um organismo e os estímulos ambientais que podem ser objetivamente identificados é chamada de análise funcional. A descrição dessas relações pode ser expressa de dois modos. Primeiro, pode ser apresentada pela contingência de dois termos, conforme proposta, em especial, por Pavlov e Watson, na qual um estímulo gera uma resposta. Segundo, com o modelo de seleção por consequências proposto por Skinner (1953/1965), no qual a contingência passa a ser de três termos – uma resposta produzida por um estímulo e emitida pelo organismo gera uma consequência que altera o ambiente.

Ao invés de buscar um agente iniciador, a análise do comportamento busca descrever a ampla e complexa rede de determinações do comportamento humano, e apresentá-lo como a interação de um conjunto de “contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído” (Skinner, 1981/1987b, p. 55). Em outras palavras, o comportamento humano resulta da inter-relação entre a história evolucionária da espécie (filogênese), a história comportamental do indivíduo (ontogênese) e a história cultural do grupo ao qual o indivíduo pertence. O modelo causal da seleção por consequências pode, portanto, explicar a relação entre as três histórias e, com isso, responder a questionamentos como *por que* pessoas repetem certos tipos de comportamento por vários anos ou *por que* seus repertórios comportamentais variam.

A evolução do comportamento está amplamente relacionada à evolução natural das espécies e por isso qualquer comportamento que favoreça a sobrevivência da espécie pode ser selecionado por contingências filogenéticas (Skinner, 1969). Essa seleção ocorre em uma velocidade que dificilmente pode ser observada de momento a momento; isso faz com que seu estudo concentre-se na reconstrução dos processos através dos quais as mutações surgem e são selecionadas, baseando-se, portanto, em inferências (1981/1987b).

Na filogênese, as variações produzidas por mutações na espécie podem ser passadas de geração para geração ou ser extintas, dependendo das consequências para sua sobrevivência. Como a seleção natural prepara a espécie apenas para ambientes futuros semelhantes aos do passado (Skinner, 1989), as contingências de sobrevivência permitiram a seleção de características que possibilitam a adaptação do organismo quando as contingências se modificam. Essa aprendizagem é possível pelos processos de condicionamento respondente, no qual a relação entre ambiente e organismo faz com que

um estímulo elicie uma resposta, e de condicionamento operante, no qual uma resposta emitida pelo organismo em contato com determinado estímulo produz uma alteração no ambiente (1953/1965).

A ontogênese provavelmente evoluiu em paralelo a um produto da seleção natural: a suscetibilidade ao reforçamento por certos tipos de consequências (Skinner, 1981/1987b). Esse processo deve ter evoluído através de quatro estágios fundamentais: (1) evolução da suscetibilidade ao reforço negativo; (2) evolução da suscetibilidade a reforços positivos; (3) evolução da suscetibilidade ao reforço por novas formas de estimulação; e (4) evolução da suscetibilidade ao condicionamento sem valor de sobrevivência (Skinner, 1989).

Skinner (1969) identificou quais seriam os quatro diferentes tipos de processos relacionados à modificação da probabilidade de ocorrência de respostas de uma classe no futuro, chamados de contingências de reforçamento: contingências de reforço positivo (1), contingências de reforço negativo (2), contingências de punição positiva (3) e contingências de punição negativa (4). Através delas, comportamentos podem ser fortalecidos, enfraquecidos ou extintos do repertório de um organismo, dependendo de suas consequências. Contingências de reforço, portanto, selecionam e modelam os comportamentos mais eficazes para o indivíduo e, assim, surge uma história de aprendizagem particular para cada organismo.

Com o surgimento e a evolução do comportamento verbal, um terceiro tipo de seleção por consequências passou a ter sua importância aumentada: a evolução de ambientes sociais e culturais. Apesar de normalmente se atribuir o estudo desse nível a antropólogos, vários analistas do comportamento iniciaram a tentativa de integrar a evolução cultural à evolução do comportamento individual (Skinner, 1981/1987b). Assim,

a evolução das culturas passa a ser um fenômeno relevante para a análise do comportamento.

Na teoria da seleção por consequências, a evolução cultural é exposta como um processo que guarda semelhanças com o processo de seleção do comportamento operante. Com isso, Skinner possibilitou a superação da dicotomia comumente estabelecida entre indivíduo e sociedade, característica de muitas ciências humanas (Andery, 1990). Uma vez que é sempre um organismo que se comporta, e se comporta de acordo com os mesmos processos usados tanto em uma situação social quanto em uma situação não social, o comportamento do indivíduo explica o fenômeno do grupo (Skinner, 1953/1965) e, portanto, o comportamento dos indivíduos em conjunto explica os eventos sociais. A sociedade, então, compreendida como uma classe de fenômenos e formada por grupos de indivíduos, também pode ser considerada um objeto de estudo e de intervenção científica da análise do comportamento, e não apenas de áreas de estudo como as ciências sociais (Andery, 1990).

1. 2 Práticas culturais

Enquanto espécie, o homem sempre dependeu do grupo para sua sobrevivência e para a satisfação de suas necessidades individuais (Andery, 1990). De acordo com Skinner (1989, p. 73), “um organismo isolado num ambiente não social não é capaz de adquirir amplo repertório de comportamento através do condicionamento operante”. O surgimento do comportamento social se dá porque um indivíduo é importante para o outro como parte de seu ambiente, e tem algo reforçador a lhe oferecer; assim, o poder de obter reforçadores aumenta na medida em que o indivíduo junta-se ao grupo. O comportamento social é definido, portanto, como sendo “o comportamento de duas ou mais pessoas em relação uma a outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum” (Skinner, 1953/1965, p.

297). Isso quer dizer que as respostas de um indivíduo podem se caracterizar como eventos antecedentes e/ou como eventos consequentes para outros indivíduos.

No comportamento social, os organismos aprendem com experiências de outros membros da espécie, especialmente por imitação ou pelo comportamento verbal (Skinner, 1953/1965). De acordo com Sampaio e Andery (2010), existem algumas características que justificam um tratamento diferenciado para lidar com relações comportamentais sociais: (1) as consequências geralmente são condicionadas e generalizadas, (2) as consequências podem ser atrasadas em relação à resposta que as gerou, (3) na maior parte das vezes, não há relação direta entre a energia da resposta e a magnitude das consequências produzidas, (4) os esquemas de reforço e punição, nos quais as contingências são arranjadas, em geral são intermitentes, variáveis, ajustáveis, concorrentes e/ou complexos, e (5) os antecedentes são extremamente sutis, complexos e difíceis de identificar.

Para Skinner (1953/1965, p. 424), “quando certos aspectos do ambiente social forem peculiares a um dado grupo, espera-se encontrar certas características comuns do comportamento de seus membros”. Sendo assim, um conjunto específico de condições em que um grupo vive gera padrões de operantes nomeados pelos analistas do comportamento como práticas culturais. Essas práticas são “um conjunto de contingências entrelaçadas de reforçamento, no qual o comportamento e os produtos comportamentais de cada participante funcionam como eventos ambientais com os quais o comportamento de outros indivíduos interage” (Glenn, 1988, p.167). Em outras palavras, são cadeias de comportamentos entrelaçados, dos quais participa um grupo de indivíduos que pode produzir consequências que não poderiam ser produzidas de modo individual, selecionadas por seu impacto no grupo e com continuidade dependente da transmissão entre gerações, mesmo com a substituição dos participantes (Glenn, 1991). Elas podem se modificar ao

longo do tempo e produzir “mutações” quando novas práticas sociais são inventadas e quando os ambientes nos quais os homens vivem são alterados (Skinner, 1969). Exemplos de práticas culturais são as maneiras como um povo cuida de suas crianças, como produz alimentos, como se diverte e como forma seu governo. Elas podem descrever uma cultura: quando se diz que uma cultura é democrática, por exemplo, há referência a um conjunto de práticas governamentais dominantes (Skinner, 1977/1971, p. 130).

Uma cultura bem planejada é um conjunto de contingências de reforço, sob o qual os membros se comportam de modo que mantenham a cultura, tornam-na capaz de lidar com problemas e modificam-na caso necessário (Skinner, 1969). A cultura é, portanto, um “conjunto de práticas características de um grupo de pessoas e é selecionada por um tipo diferente de consequência: sua contribuição para a sobrevivência do grupo” (1989, p. 157).

Em outras palavras, práticas culturais selecionadas que não possibilitem o acesso a consequências reforçadoras nem a consequências com valor de sobrevivência, seja acidentalmente ou de modo planejado, deixarão de existir, seja a curto, médio ou longo prazo; e práticas que tornem mais provável a sobrevivência de uma cultura tendem a sobreviver em seu interior. Quando uma cultura induz alguns de seus membros a se interessarem por sua sobrevivência, eles podem planejar práticas mais eficazes e/ou “boas” para a cultura (Skinner, 1972/1978b).

1. 3 Ética e análise do comportamento

Em linguagem popular, pode-se dizer que o que é bom para a espécie, para o indivíduo e para o grupo é, respectivamente, o que a ajuda a sobreviver, o que lhe proporciona bem-estar e o que resolve seus problemas (Skinner, 1974). De acordo com Dittrich (2004) e Dittrich e Abib (2004), a ética skinneriana pode ser analisada sob dois aspectos: descritivo e prescritivo. Um discurso descritivo diz que algo *é* assim e descreve

comportamentos éticos e suas variáveis controladoras, enquanto um discurso prescritivo diz que algo *deve* ser assim e propõe práticas culturais que devem ser preservadas ou modificadas.

Pode-se dizer que comportamentos geralmente considerados eticamente bons são aqueles que *satisfazem* as contingências seletivas. O sistema ético skinneriano é composto por três tipos de bens:

Bens pessoais são reforçadores positivos em relação ao comportamento da pessoa que os produz. Cabe destacar o adjetivo *positivos*, pois reforçadores negativos são o oposto de bens pessoais. *Bens dos outros* são aqueles que, ainda que produzidos por certo indivíduo, resultam em reforçamento positivo para o comportamento de outras pessoas que não o próprio indivíduo. Também estaremos agindo eticamente, nesse caso, ao remover reforçadores negativos em relação ao comportamento de outros. *Bens das culturas* são todas as consequências de práticas culturais que contribuem para a sobrevivência da cultura que promove tais práticas. (Dittrich & Abib, 2004, p. 427)

Conforme apontado, existem três classes gerais de valores na teoria moral skinneriana: os bens pessoais (1), os bens para os outros (2) e os bens da cultura (3). Dittrich (2004) aponta as relações entre o modelo de causalidade skinneriano a partir da seleção por consequências com cada uma dessas classes de valores. Desse modo, é possível relacionar o nível filogenético com o bem para si, o nível ontogenético com o bem para os outros e o nível cultural com o bem da cultura.

A sobrevivência das culturas é eleita por Skinner (1971/1977) como valor fundamental, porque ela transcende a existência dos indivíduos e é base para que um planejamento cultural possa ser realizado. Por que os indivíduos de hoje deveriam se preocupar com um futuro remoto? É essa a pergunta que Skinner se faz, e a responde afirmando que “gostemos ou não da ideia, a sobrevivência é o valor pelo qual seremos julgados” (Skinner, 1956/1972b, p. 36). Embora a sobrevivência das culturas seja apontada como valor fundamental, não é possível determinar precisamente quais são as melhores práticas culturais ou os melhores valores a fim de que uma cultura sobreviva; tampouco há

valores absolutos em si. Além disso, os valores podem e devem ser sempre questionados, já que cada cultura tem seu próprio conjunto de bens, que deve ser continuamente avaliado em relação às contingências de sobrevivência (Skinner, 1971/1977). Dittrich (2004) destaca que a ciência de valores explica a adoção de princípios éticos, mas não a justifica. Sendo assim, esta discussão torna-se permanente.

Como os três processos de seleção ocorrem paralelamente, pode haver “conflitos” entre eles. Para Skinner (1983b), é típico dos seres humanos comportarem-se apenas em função do futuro mais próximo e das experiências passadas, ao invés de se comportarem sob controle de consequências de longo prazo. Reduzir o “conflito” entre consequências imediatas e remotas é papel do planejador cultural (Abib, 2001; Dittrich, 2004; Skinner, 1985/1987a; 1976/1978d). Lutar pelo bem da cultura implica ensinar os indivíduos a esperar por consequências positivas postergadas e promover práticas culturais com contingências adequadas, de forma que consequências remotas do comportamento se tornem mais efetivas (Abib, 2001; Skinner, 1956/1972b). Alcança-se um estágio importante quando uma cultura induz alguns de seus membros a se interessarem por sua sobrevivência, porque eles podem, então, planejar práticas mais eficazes para tanto (Skinner, 1973/1978a).

O planejador cultural pode exercer sua função em uma comunidade utópica, em agências de controle ou ainda como integrante do que Skinner chama de “quarto estado”, composto por mídia, professores, acadêmicos e cientistas (Abib, 2001). O controle ético, via de regra, é realizado por agências de controle. Contudo, algumas delas, como o governo estão normalmente interessadas, sobretudo, em sua própria sobrevivência, e não na sobrevivência da comunidade: a sobrevivência da cultura ainda não tem sido fator efetivamente influente aos envolvidos no governo (Skinner, 1969). Os políticos, frequentemente, estão mais interessados em se reeleger nas próximas eleições do que

dispostos a enfrentar o ônus de um programa impopular em prol da preservação do futuro. Essa também é a postura dos detentores do poder econômico, que continuam a dar ênfase à produção de lucros rápidos ao invés de se preocupar com os problemas globais que esse tipo de prática acarreta. Tais práticas são fruto de uma sociedade voltada para a gratificação imediata, para o conforto absoluto e para o prazer ilimitado. O planejador cultural deve estar preparado para intervir sobre tais conflitos (1983b).

1. 4 O controle do comportamento humano

Para Skinner (1974), não é possível escolher um modo de vida sem controle. É possível discordar quanto à extensão ou à natureza do controle que o ambiente exerce, mas é evidente que há controle. Assim, aceitando a condição de que o comportamento é controlado pelo ambiente, e não especificamente por homens, é possível parar de evitar o controle e encontrar, então, suas formas mais efetivas (Skinner, 1969).

Um indivíduo usa controle pessoal quando controla certas variáveis que podem ser utilizadas em seu próprio benefício. Cada pessoa utiliza seus próprios recursos e habilidades para controlar dessa forma. Há várias técnicas de controle possíveis – dentre elas, o uso da força física, a manipulação de estímulos, o uso do reforço positivo ou negativo, o uso da punição, o esclarecimento das contingências de reforço, o controle dos estados de privação e de saciação, o controle das respostas reflexas características da emoção e o uso de drogas (Skinner, 1953/1965).

Quando as técnicas são aversivas, um de seus possíveis efeitos é induzir o controlado a tentar contracontrole. De modo geral, as pessoas rejeitam o uso de técnicas de controle que utilizam a força ou a ameaça da força, e as censuram (Skinner, 1955/1972c). Como forma de esquiva, um indivíduo pode tratar bem a outras pessoas, mas também pode se comportar de modo que reforce outra pessoa e a si próprio (1974). Entretanto, existem

“técnicas que podem ser tão efetivas como estas, mas talvez não deem lugar tão direto ao contracontrole”, como o caso do uso do reforçamento positivo (1955/1972c, p. 20).

O controle pessoal é fraco quando comparado com procedimentos de agências institucionalizadas ou de grupos. Quando duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm um efeito comum sobre o comportamento do indivíduo, o controle torna-se mais poderoso. (Skinner, 1953/1965). Os integrantes de um grupo que vive ou viveu junto por um período suficiente empregam uma técnica básica no controle do indivíduo: “exercem um controle mútuo de acordo com uma tática que adota o nome de *ética* ... Esta prática está tão profundamente arraigada em nossa cultura que frequentemente não percebemos que se trata de uma técnica de controle” (1956/1972b, p. 27). Nesse caso, o comportamento do indivíduo é classificado como “certo” ou “errado” e reforçado ou punido em função disso. Geralmente, define-se que o comportamento de um indivíduo é correto na medida em que reforça os membros do grupo e errado na medida em que lhes é aversivo (1953/1965).

O controle do grupo gera desvantagens temporárias ao indivíduo, porque o grupo pune alguns comportamentos “bons” para o controlado e valoriza comportamentos “bons” para os outros. Isso quer dizer que “o efeito do controle do grupo entra em conflito com o forte comportamento primariamente reforçado do indivíduo”. Contudo, este indivíduo controlado também faz parte do grupo controlador e, portanto, tem benefícios com esse procedimento, já que controla igualmente os comportamentos de outros (Skinner, 1953/1965, p. 327).

Comportar-se para o bem dos outros tem mais poder quando esses outros são organizados em agências no campo do governo, da religião, da educação, da economia e da psicoterapia (Skinner, 1953/1965; 1974; 1971). Estas se organizam para codificar contingências em normas que especificam o comportamento e suas devidas consequências.

Em conjunto com os indivíduos que controla, uma agência controladora constitui um sistema social. Para entendê-lo, é preciso identificar os indivíduos que o compõem e esclarecer porque tem o poder de manipular as variáveis que utiliza. Além disso, é necessário observar os efeitos no controlado e a retroalimentação que faz com que o sistema se mantenha (1953/1965). O tipo de agência que interessa neste trabalho, em especial, é o governo.

Estritamente falando, define-se governo como a entidade que faz uso do poder de punir e de restringir comportamentos que ameaçam outros membros do grupo: “todos os governos promovem certas formas de contingências punitivas em relação a determinados atos” (Skinner, 1956/1972a, p. 8). Em governos organizados de Estados modernos, essa função é realizada, especialmente, pela polícia e pelos militares. Em sentido amplo, “o governo manipula as variáveis que alteram o comportamento do governado e se define em termos de seu poder de assim fazer” (1953/1965, p. 346); o que caracteriza um governo é, portanto, o poder de dispor consequências relevantes ou, em outras palavras, de planejar contingências (1953/1965; 1956/1972b).

A agência governamental opera em especial através de seu poder de punir, sendo que a técnica mais utilizada é a punição de formas ilegais de comportamento - seja através da remoção de reforçadores positivos ou da apresentação de reforçadores negativos. O comportamento legal é fortalecido apenas “através da remoção de uma ameaça de punição a ele contingente” (Skinner, 1953/1965, p. 337) – e, assim, comportamentos “obedientes” são estabelecidos. A mudança no comportamento do governado fornece reforço ao governo e, assim, o controle se torna cada vez mais eficiente; o poder aumenta e o ato de governar se fortalece.

Ao buscar uma alternativa para controlar o comportamento dos cidadãos, é necessária a utilização de regras e leis. A lei é o “enunciado de uma contingência de

reforço mantida por uma agência governamental” (Skinner, 1953/1965, p. 339), que especifica o comportamento – geralmente em termos de seus efeitos sobre os outros – e explicita determinada consequência que, usualmente, é uma punição. Indivíduos que seguem regras e/ou obedecem a leis comportam-se, portanto, por uma das duas seguintes razões: seu comportamento foi diretamente reforçado pelas suas consequências ou elas estão respondendo a descrições de contingências (Skinner, 1974).

Quando o controle é excessivo, os controlados apresentam respostas de fuga, revolta ou resistência passiva. Também podem sofrer com subprodutos respondentes (como medo, ansiedade, ira e depressão) e operantes (como vício em drogas como forma de fuga, comportamento excessivamente vigoroso, comportamento excessivamente restrito, controle por estímulos deficiente, autoconhecimento deficiente e autoestimulação aversiva). Como contracontrole, os governados usualmente também contam com códigos legais, que especificam a composição da agência, os meios pelos quais receberá seu poder, e os procedimentos segundo os quais as leis devem ser feitas e postas em prática. Assim, “previne-se o sistema contra a deterioração através do intercâmbio assimétrico”, estabilizando-o (Skinner, 1953/1965, p. 347). Apesar do atual conhecimento sobre os subprodutos da punição, as agências governamentais utilizam-na como técnica predominante, o que torna mais lenta a mudança para outras formas de controle (1953/1965).

1. 5 Categorias conceituais utilizadas na filosofia política democrática

Uma vez que o controle institucional é geralmente aversivo para os controlados, grande parte dos profissionais das ciências sociais prefere teorias do comportamento que negam ou combatem técnicas aversivas de controle – sem reconhecer, contudo, que sua supressão não significa ausência de controle, mas mera troca de um tipo de técnica por

outra, planejada ou não (Skinner, 1953/1965). O pensamento ocidental, neste momento histórico, enfatiza a promoção da dignidade do indivíduo, da igualdade perante a lei, dos direitos humanos e do bem-estar social como objetivo dos governos. As agências controladoras enfatizam, ainda, o indivíduo como “senhor de seu destino”. Esse é o ponto de vista tradicional sobre a natureza humana na cultura ocidental: “A concepção de um indivíduo livre e responsável está impregnada na nossa linguagem e impregna nossas práticas, códigos e crenças” (p. 10).

A maior parte daqueles que se interessam pelos problemas humanos fala deles em termos pré-científicos. Diz-se que o homem é *egoísta* por natureza, que as habilidades de um artista são *inatas*, que é necessária uma mudança de *atitudes* diante dos problemas globais, que as pessoas precisam ser *responsáveis* pelas suas *atitudes*. Com esta postura e sem a capacidade de compreender as razões pelas quais um indivíduo se comporta de formas específicas, atribui-se o comportamento a um *eu interior* – sugerindo noções de causas internas que precisam ser criticamente examinadas (Skinner, 1971/1977).

Segundo o ponto de vista tradicional, o homem é autônomo no sentido de que seu comportamento não é motivado. Pode, portanto, ser responsabilizado pelo que fizer e justamente punido se transgredir. Essa perspectiva, contudo, não fornece uma explicação útil: o papel atribuído ao indivíduo como iniciador das ações (e, portanto, responsável por seus comportamentos) obscurece suas relações com o ambiente físico e social, e coloca o futuro da própria espécie em risco: “Uma análise científica do comportamento e da evolução genética e cultural não pode fazer da liberdade individual um objetivo do planejamento cultural. O indivíduo não é uma origem ou fonte. Ele não inicia nada. E nem é ele que sobrevive” (Skinner, 1969, p. 49). Apesar de uma espécie não ter existência separadamente de seus membros, nem uma cultura longe de quem a pratica, a cultura

sobrevive para além do indivíduo e não pode ser planejada buscando consequências favoráveis apenas a alguns indivíduos.

O “homem autônomo” serve apenas para explicar aquilo que ainda não é explicável de outra maneira e, por isso, na medida em que o conhecimento sobre o comportamento humano aumenta, ele perde terreno (Skinner, 1971/1977). Em oposição à ideia de que exista um “poder criador” interno ao indivíduo e de que ele é a causa dos comportamentos, Skinner (1981/1987b) propõe que as histórias da espécie, do indivíduo e da cultura é que são seus fatores determinantes. Não é possível, por exemplo, compreender os conceitos de liberdade e dignidade como posses de um sujeito, sem analisar as relações comportamentais que explicam sua própria utilização.

Quase todos os seres vivos agem no sentido de se livrar de contatos prejudiciais: “Escapamos ou destruímos controles aversivos quando podemos fazê-lo. Quando agimos porque temos sido reforçados positivamente, sentimos liberdade e não tentamos escapar ou contracontrolar. O erro é acreditar que somos livres” (Skinner, 1973/1978a, p. 31). A ciência libertou o homem de certos aspectos aversivos do meio, mas, evidentemente, não do próprio ambiente; isso quer dizer que o comportamento é controlado mesmo que o indivíduo diga que é livre. Então, a questão não é libertar o homem de todos os controles, como sustenta a literatura de liberdade, mas sim combater esses aspectos aversivos. Para tanto, é necessário planejar o ambiente de maneira diferenciada (1971/1977; 1972/1978b).

É possível atingir uma espécie de liberdade através de respostas reflexas e operantes. A constituição genética dos seres humanos faz com que, por exemplo, espirrem ou vomitem quando necessitam expelir substâncias irritantes do corpo, e os faz lutar ferozmente contra ou fugir de organismos que ameaçam sua sobrevivência. O reforçamento negativo faz com que os indivíduos possam se livrar de estímulos aversivos, como temperaturas extremas, trabalho pesado, perigos e doenças de vários tipos. Processos

de fuga e de esquivar também têm papel importante na luta pela liberdade; através deles, é possível evitar, por exemplo, indivíduos perigosos e fugir da escravidão ou de certos tipos de governo. Além disso, o contracontrole também tem sua função: permite atacar os responsáveis pelas condições aversivas e enfraquecer ou destruir seu poder (Skinner, 1971/1977).

A liberdade descrita na literatura ocidental tradicional orienta para o combate às práticas aversivas dos que têm o controle, principalmente através da fuga e do contracontrole, com fins de enfraquecer seu poder. Salienta-se, por exemplo, os meios para derrubar tiranos, questionar a legitimidade de um governo e organizar greves. Em uma espécie de círculo vicioso, os governos, preocupados com sua possível derrocada, utilizam-se tanto de sanções e punições quanto de técnicas de caráter não aversivo para manter o controle. Estas podem resultar em consequências piores do que aquelas, possibilitando maiores vantagens aos seus aplicadores, já que não são facilmente reconhecidas como controladoras. Com isso, pode haver um aumento em seu uso, resultando em maior exploração dos controladores sobre os controlados. Segundo Skinner (1974, p. 8),

O fato importante não é sentirmo-nos livres quando somos positivamente reforçados, mas o de que não tendemos a escapar ou a contra-atacar. Sentir-se livre é um importante sinal distintivo de um tipo de controle que se singulariza pelo fato de não produzir contracontrole. O fato de o reforço positivo não produzir contracontrole não passou despercebido dos supostos controladores, os quais simplesmente mudaram para os meios positivos.

O sentimento de liberdade gerado pelo controle através de técnicas não aversivas, portanto, faz com que governos evitem os problemas suscitados pela fuga ou pelo ataque dos controlados. Através do estabelecimento de contingências específicas, é possível aumentar a probabilidade de ocorrência desse sentimento. Nos últimos anos, por exemplo, a mídia tem sido uma grande aliada de modelos de governo democráticos: com a

disseminação de campanhas contrastando condições aversivas com condições de um mundo mais livre, ela sugere que tipos de controle devem ser combatidos.

A literatura da liberdade trouxe contribuições inegáveis. Muitas técnicas de controle aversivas foram eliminadas, especialmente porque “sem ajuda ou orientação, as pessoas submetem-se de uma forma extremamente surpreendente a condições aversivas” (Skinner, 1971/1977, p. 35). A grande questão é que parece simples apresentar objeções ao controle do comportamento humano aplicando os princípios da democracia quando a “revolução democrática” tem sido dirigida unicamente contra um tipo específico de controle: aquele através de técnicas baseadas no uso da força ou de sua ameaça. Contudo, “isso não quer dizer que os homens foram liberados de todo o controle, e são precisamente as outras formas de controle o que devemos agora aprender a refrear, para as quais resulta inadequado o esquema da revolução democrática” (1955/1972c, p. 23). O problema prático da luta democrática não é destruir as forças controladoras, mas alterá-las para criar um mundo em que as pessoas consigam se desenvolver em várias áreas, gozar da vida e manter sua cultura (1976/1978d).

Quando se reconhece que a liberdade é muito mais uma questão contingencial do que de “estados da alma”, todos os outros *slogans* promovidos pelas agências governamentais democráticas ficam comprometidos. A *dignidade* passa a ser entendida a partir do conceito de reforçamento positivo e concebida como algo que advém do ambiente que controla a pessoa, de modo que quanto mais se compreende o papel do ambiente e mais se evidenciam as causas do comportamento, menos admiração um indivíduo tende a ter por seus próximos (Skinner, 1971/1977). Skinner (1969) afirma que um estado de *igualdade*, em que todos possam ser reforçados natural e socialmente de forma abundante e com poucos estímulos aversivos, só pode ser imaginado através de planejamento cultural de longo prazo. A *justiça* é entendida como o equilíbrio entre o bem pessoal e o bem dos

outros; uma punição é considerada justa, por exemplo, quando tem sucesso no equilíbrio das consequências aversivas (1971/2000, 1953/1965). Os *direitos humanos* são modos de representar certos efeitos positivamente reforçadores das práticas governamentais que as mantêm (1935/1965).

A crescente compreensão do comportamento humano pode contribuir para que seja possível criar um mundo adequado às necessidades dos indivíduos. Contudo, o avanço nesse caminho não acontecerá enquanto for mantida a defesa de concepções ultrapassadas sobre a natureza humana, especialmente porque elas têm servido há muito tempo ao propósito de justificar determinadas filosofias políticas: “o repúdio da ciência em um momento como esse, em uma desesperada tentativa de salvar uma concepção de homem, atrativa, mas inexata, representará um indigno atraso no contínuo esforço do homem em criar um mundo melhor” (Skinner, 1955/1972c, p. 24).

O tratamento dos problemas abordados neste capítulo será importante nos próximos para discutir aspectos relacionados a práticas culturais democráticas consideradas por analistas do comportamento. O próximo capítulo procura caracterizar as questões sob controle das quais os analistas do comportamento falam sobre democracia.

2 PROBLEMAS FILOSÓFICOS E METODOLÓGICOS DO SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO NA PERSPECTIVA DO BEHAVIORISMO RADICAL

Em muitas partes do mundo, práticas culturais democráticas estão sendo valorizadas em oposição à dominação política imposta por uma minoria automeada e tirânica. Tais práticas têm sobrevivido e se expandido nas últimas décadas, tanto que um incontável número de países vive em ambientes ditos democráticos. No Brasil, o processo transitório do governo militar para a democracia decorreu do envolvimento de milhões de pessoas em movimentos sociais, e de muitas entidades responsáveis pela organização da sociedade civil (Todorov, 2004). A segunda década do século XXI iniciou com movimentos semelhantes em países do mundo árabe, como o Egito e a Líbia.

As lutas são marcadas pela campanha em prol das liberdades civis, da igualdade perante a lei e da legalidade institucional. Com isso, os direitos humanos foram estimulados e muitas práticas de tortura foram reprimidas. O sufrágio universal, as eleições competitivas e as liberdades de expressão política, de imprensa e de associação passaram a fazer parte das práticas culturais predominantes – tanto que tem se tornado comum a rejeição a sistemas políticos que não levem em conta esses aspectos.

Apesar de sua grande expansão nas últimas décadas, o sistema político democrático tem passado por importantes revisões críticas quanto a sua filosofia e, principalmente, quanto aos seus procedimentos – afinal, ele garante a própria possibilidade de autoexame crítico. Skinner e outros analistas do comportamento fazem parte desse movimento: em seus escritos sobre agências governamentais, apresentam tanto exames gerais sobre mecanismos de controle utilizados pelos governos quanto críticas dirigidas a regimes políticos específicos e às categorias conceituais utilizadas em suas filosofias políticas. O

regime democrático consta dessas discussões, e este capítulo trata de como os analistas do comportamento avaliam seus conceitos e suas práticas.

2. 1 Filosofia democrática tradicional e behaviorismo radical

Todas as teorias políticas apresentam uma caracterização da natureza humana. Com o sistema democrático não foi diferente. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de “organizar os homens contra a tirania, fortalecendo o indivíduo, ensinando-o que tinha direitos e que sabia governar a si próprio” (Skinner, 1956/1972a, p. 8). Com fins de estabelecer e conservar os procedimentos governamentais chamados democráticos, nasceu uma nova concepção filosófica de homem, baseada nos princípios de liberdade, dignidade e igualdade perante a lei. Esta concepção postula que o homem é livre e que seus comportamentos são motivados por um eu interior; sendo assim, o indivíduo é considerado ponto de partida para suas escolhas e se torna responsável por tudo o que faz (Skinner, 1969). Esta condição lhe dá oportunidade de obter mérito (ou punição) por seus comportamentos.

O behaviorismo radical apresenta uma visão de homem que diverge das concepções tradicionais da filosofia democrática, especialmente quanto à dicotomia entre liberdade e controle do comportamento humano. Para analistas do comportamento, a democracia “baseia-se em uma concepção de homem cientificamente falsa” (Skinner, 1948/1978e, p. 268)²: não existem causas internas ou uma mente que direcione o indivíduo para suas ações, assim como o homem não pode ser considerado livre ou sob nenhum tipo de controle. Pressupõe-se que o comportamento é controlado pelo ambiente externo.

² As citações do livro *Walden II* aqui realizadas compõem o discurso do personagem Frazier – que, ficcionalmente, é o propositor da comunidade e, supostamente, representa muitas das opiniões de Skinner.

Para os behavioristas radicais, não há motivos para eleger alguém como iniciador ou como ponto de partida, pois essa visão dificulta que os indivíduos encontrem as causas ambientais de seus comportamentos. A crença de que as pessoas seguem princípios democráticos porque *querem* se comportar de determinada forma e/ou porque eles são da *natureza humana* é um perigo importante apresentado pela filosofia democrática, pois uma filosofia que acredita “na bondade e na sabedoria inerentes aos homens é incompatível com o fato observado de que eles se tornam bons ou maus, sábios ou tolos, em função do ambiente no qual cresceram” (Skinner, 1948/1978e, p. 268). Se os políticos fossem *naturalmente* benevolentes e altruístas, por exemplo, não haveria necessidade de fortes medidas de contracontrole. Apesar de ser tentador admitir que princípios democráticos fazem parte da natureza humana, o *querer* não justifica a democracia ou qualquer outro tipo de governo. Não devem ser esquecidas quais foram as circunstâncias que criaram e que sustentam as práticas democráticas, pois são essas as informações que podem justificar ou desaconselhar sua manutenção e expansão. É inútil tentar manter e aperfeiçoar essa forma de governo negligenciando as condições que a produziram (1953/1965; 1956/1972a).

A concepção de controle do comportamento por variáveis ambientais é, para Skinner (1956/1972a), um dos aspectos mais importantes a se considerar na filosofia democrática. A determinação do comportamento por elementos filogenéticos, ontogenéticos e culturais faz com que uma concepção de homem livre seja impossível no behaviorismo radical. Em uma democracia, por exemplo, as práticas culturais podem até não estar sob controle aversivo de um governo; contudo, de maneira alguma, estão livres em outro sentido.

A grande questão que os analistas do comportamento propõem não é se deve haver controle ou não, mas como ele deve ocorrer. Assumir esse problema fere o pressuposto

democrático básico de liberdade do indivíduo e causa reações de descontentamento e estranheza em boa parte dos que, de alguma forma, foram afetados pelas filosofias democráticas. Isso acaba por dar ao behaviorismo radical um estigma reacionário e antidemocrático (Castro, 2007; Skinner, 1953/1965). Para Carrara (1988/2005), o destaque dado ao controle através da programação de contingências e a previsibilidade do comportamento sugerem que a análise do comportamento serviria para a manutenção do poder dominante e, com isso, beneficiaria apenas as minorias privilegiadas, o que seria um contrassenso em termos de democracia e um equívoco na interpretação da teoria behaviorista radical, especialmente em seus aspectos éticos. Para desmistificar o tema, algumas questões sobre o controle em sistemas democráticos precisam ser contempladas.

Enquanto poderosa agência controladora, o governo exerce grande influência sobre os indivíduos e sobre as demais agências, regulamentando e fiscalizando suas ações através de leis, que são a codificação dos procedimentos de controle dos órgãos governamentais (Todorov, 2004). Em geral, os governos utilizam controle aversivo em sua administração: punem as pessoas quando se comportam mal e enfraquecem a ameaça de punição quando se comportam bem (Skinner, 1953/1965). Quando o controle aversivo pode ser identificável com facilidade, como em situações em que as técnicas utilizadas geram consequências imediatas repreensíveis e socialmente consideradas “erradas” ou “ilegais”, como a utilização da força ou da ameaça da força, os indivíduos tendem a escapar do governo ou a atacá-lo (Skinner, 1956/1972a). A análise do comportamento sugere que as culturas que utilizam extensamente a punição e sua ameaça sempre correm o risco de colapso, exigem vigilância constante e apresentam alta probabilidade de suscitar contracontrole (Mattaini, 2001).

Em sistemas democráticos, contudo, com o lema *governo das pessoas pelas pessoas*, entendido por Skinner (1977/1978c) como o *controle das pessoas pelas pessoas*,

o uso de controle aversivo é restrito e controlado, e a natureza das técnicas de controle é disfarçada, o que é feito através da educação, da prática moral e da persuasão. Assim, o controlador dá a impressão de que os controlados estão livres (1956/1972b) e sua inclinação à rebelião diminui consideravelmente: “alimenta-se a ilusão de que esses procedimentos não supõem o controle do comportamento; são puramente, no máximo, formas de fazer as pessoas mudarem de opinião” (1956/1972a, p. 9). Mas a análise mostra um modo de controle tão inexorável quanto a ameaça do uso da força. Isso sugere que a revolução democrática não cumpriu seu propósito de criar e manter uma sociedade em que seus cidadãos pudessem desfrutar plenamente da liberdade: ela “foi direcionada apenas contra um tipo de controle ... e são precisamente as outras formas de controle que devemos agora aprender a conter, e às quais o padrão da revolução democrática é inapropriado” (1955/1972c, p. 23).

O controle do comportamento por meios não coercivos também precisa de atenção. Na democracia, há uma espécie de “cancelamento” dos efeitos do controle através de sua distribuição entre várias agências com poucas características comuns, de modo que é improvável que criem uma unidade despótica (Skinner, 1953/1965). Assim, os produtos do controle ficam menos perceptíveis, e não há aumento significativo do poder de uma das agências a ponto de causar preocupações ao grupo. Além disso, nas democracias modernas, não é permitido que um homem controle o comportamento de todas as formas que lhe estão disponíveis, e ele não está autorizado a usar o poder da força para tanto: “ele se vê restringido por uma força superior criada para este fim, que é a pressão ética do grupo ou as medidas religiosas ou governamentais mais explícitas” (1956/1972, p. 11). Pode-se dizer que uma sociedade é “livre” quando o indivíduo é controlado por agências tais que não apenas o governo: “a fé no homem comum que torna possível uma filosofia da democracia, na realidade é uma fé em outras fontes de controle” (1953/1965, p. 442).

A utilização de reforçamento positivo também ajuda a esconder as técnicas de controle utilizadas em vários sistemas – e até seu uso pode ser considerado uma delas. A realização de controle através de reforçamento positivo não justifica admiti-lo como forma de domínio ou de ditame organizacional. Esse é o caso das tiranias, que utilizam “alguns tipos de controle positivo: benesses que são um engodo estão sendo constantemente apresentadas à população pelos governos despóticos” (Carrara, 1988/2005, p. 292). Um exemplo claro disso é o estado de bem-estar social, em que cada um recebe segundo suas supostas necessidades, mas raramente segundo suas capacidades.

Skinner (1948/1978e) questiona a eficácia dos métodos democráticos de contracontrole, já que as técnicas de controle estão disfarçadas e raramente causam contracontrole. Diante dessa e de várias outras críticas de Skinner, porém, surgem preocupações e questionamentos sobre quem controlaria e utilizaria uma tecnologia do comportamento, já que “a ameaça para a democracia é a suposição de que o conhecimento está necessariamente nas mãos do mal” (Skinner, 1956/1972a, p. 17). Para Skinner (1953/1965), a questão não é *quem* pode usar o sistema, mas *sob quais condições* pode-se usar e abusar dele. O objeto de análise deve ser, portanto, a estrutura cultural que permite isso ou não, independentemente da existência de uma ciência do comportamento. Ela deve ser formulada de tal maneira que estabeleça condições que tornem impossível a qualquer pessoa obter o poder absoluto (Skinner, 1956/1972a), operando sobre o ambiente e não sobre as pessoas. A condição ideal de controle é quando o povo é *livre* para exercer contracontrole, mas pouco o utiliza porque o governo já trabalha pelo povo (Dittrich, 2004). O sistema democrático, contudo, ainda não apresenta condições para tanto.

Apesar de ter criado as condições necessárias para o surgimento da ciência moderna, aparentemente a democracia não irá se beneficiar plenamente desta conquista (Skinner, 1956/1972a). Seu perigo mais crítico parece ser acreditar que o conhecimento

científico aplicado ao ser humano é ruim para a democracia (1953/1965). Skinner (1955/1972c) afirma que não é possível construir um mundo adequado às necessidades dos homens através da ignorância; é preciso rever certas concepções da natureza humana que servem para justificar determinadas filosofias políticas, não raras vezes baseadas na punição. Isso é possível através do desenvolvimento de uma ciência do comportamento, que está longe de ser uma ameaça para a tradição da democracia ocidental (Skinner, 1956/1972a). Para Skinner (1953/1965, p. 488), “a ciência, apesar de tudo, é um progresso acumulado de conhecimentos que são devidos ao homem, e a maior dignidade humana pode ser aceitar os fatos do comportamento humano sem se importar com suas implicações momentâneas”.

Ao explicar os fenômenos comportamentais a partir de condições externas ao invés de através de qualidades e faculdades internas dos indivíduos, os processos tornam-se manipuláveis. Esse procedimento “não ameaça a singularidade humana e suas conquistas na ciência, na arte, na literatura, na música e na moral” (Castro, 2007, p. 70). As noções de homem livre e de vida mental começam a dificultar as contribuições que o desenvolvimento de uma ciência do comportamento pode oferecer na resolução de problemas sociais. Para Skinner (1956/1972a), a filosofia democrática apoia práticas que dificultam o progresso da humanidade no sentido de um futuro melhor e da implantação de uma tecnologia do comportamento; mantê-la, sem considerar os progressos da ciência, “representaria um retrocesso no contínuo esforço do homem por criar um mundo melhor” (Skinner, 1955/1972c, p. 24).

A filosofia democrática “encontra-se em conflito cada vez mais agudo com a aplicação de métodos científicos às questões humanas. A menos que tal conflito se resolva de algum modo, os objetivos últimos da democracia serão adiados indefinidamente” (Skinner, 1956/1972a, p. 3). Ao se valorizar as conquistas e os objetivos da democracia,

não devem ser negados os benefícios da aplicação da ciência no planejamento e na construção de práticas culturais (1956/1972b). Para Skinner (1956/1972a, p. 18),

Se a democracia ocidental não perde de vista os objetivos da ação comunitária, acolherá com gosto o apoio quase fabuloso de sua própria ciência do homem, fortalecerá a si mesma e desempenhará a importante função de criar um mundo melhor para todos. Mas se não souber situar sua “filosofia democrática” sob a adequada perspectiva histórica e se, vítima das posturas e sentimentos causados por ela para outros fins, repele agora a ajuda da ciência, deverá preparar-se para a derrota. Porque, se continuarmos insistindo que a ciência não tem outra coisa a oferecer se não uma nova tirania, mais horrível ainda que a outra, talvez provoquemos esse resultado, deixando que a força da ciência pare nas mãos dos déspotas.

Em suma, a literatura da democracia foi bem utilizada nas circunstâncias históricas específicas em que surgiu: fez com que as pessoas se mobilizassem contra o uso da força bruta e dos governos despóticos (Abib, 2001; Castro, 2007; Dittrich, 2004; Skinner, 1953/1965; 1955/1972c; 1956/1972a). Embora ela tenha produzido práticas culturais relevantes, os processos que contribuíram para a derrocada da tirania e, como consequência, para a diminuição da estimulação aversiva parecem agora trabalhar contra a sobrevivência das culturas, e possivelmente da espécie. A filosofia democrática tem gerado entraves para a evolução da ciência de governar e, por isso, algumas práticas precisam mudar, mesmo que tenham tido valor de sobrevivência para a espécie em algum momento. Rever fundamentos filosóficos é uma questão importante: se esse fosse um problema meramente teórico, “não haveria motivo para alarme, mas as teorias afetam a prática. Uma concepção do comportamento humano dita uma prática, a doutrina da liberdade individual, outra. Confusão na teoria é confusão da prática” (Skinner 1953/1965).

2. 2 Métodos democráticos e behaviorismo radical

O sistema democrático tem como seu maior objetivo cuidar do “bem comum”, fazendo prevalecer os interesses da coletividade sobre os interesses do indivíduo, como

aponta seu lema: *governo de todos para todos*. Este objetivo é condizente com o projeto ético skinneriano; contudo, “a filosofia democrática da natureza humana é determinada por certas exigências e técnicas políticas, e não pelos objetivos da democracia” (Skinner, 1956/1972a, p. 8). Por isso, analistas do comportamento também procuram analisar, além dos objetivos, os métodos utilizados no processo e sua eficácia (Carrara, 1998/2005).

De maneira geral, pode-se dizer que a característica principal do sistema político democrático é a de que o poder de tomar decisões pertence, direta ou indiretamente, aos cidadãos, e normalmente eles o fazem através de votações, cujo direito é garantido e, em muitos locais, obrigatório. Nas deliberações, o cidadão pode participar de forma direta (votando em cada assunto a ser decidido) ou de forma representativa (escolhendo os que tomarão as decisões por ele, através do voto em eleições³). A maior parte destes sistemas é baseada na regra da maioria, em que é escolhida a proposta apoiada por mais da metade dos votantes⁴ (Los Horcones, 1990).

De todas as respostas que uma pessoa emite ao longo de sua vida, votar é uma das que tem maiores implicações na organização sociopolítica, já que institui um curso de ação para o governo, contribuindo para a determinação da administração pública. A resposta de votar pode ser classificada como um operante, em que “uma resposta diferencial para estímulos politicamente relevantes é controlada por suas consequências” (Visser, 1996, p. 25). Diferentemente das explicações mentalistas para o comportamento de votar, Visser (1996) pressupõe que a situação eleitoral oferece uma variedade de estímulos discriminativos aos eleitores, sinalizando os comportamentos que podem ser emitidos.

³ Algumas democracias representativas utilizam elementos da democracia direta em situações específicas, como os referendos por demanda popular; contudo, na maior parte das ocasiões, são os representantes eleitos que votam as matérias de interesse dos cidadãos.

⁴ Há exceções para a regra. No Brasil, por exemplo, propostas de emenda constitucional requerem dois terços ou três quintos dos votantes para sua aprovação.

Supõe-se que é um comportamento aprendido e que pode ter sua modelagem feita pelos pais e depois pelos parceiros com que o indivíduo divide aspectos íntimos da vida, além de ser influenciado pela mídia.

O sentido e a uniformidade do comportamento de votar são determinados por reforçadores ou punidores sociais. Skinner (1948/1978e) afirma que, quase sempre, os indivíduos não vão às urnas pelas implicações sociais e éticas que o cômputo tem a médio e longo prazo; a maior parte deles vai para “evitar a condenação pelos seus vizinhos ou para apunhalar um candidato de quem não gosta, inutilizando a cédula como se rasgasse um cartaz de propaganda eleitoral” (p. 262). Em locais onde o voto é obrigatório, muitas vezes as pessoas podem votar simplesmente para não sofrer sanções governamentais ou para aumentar as probabilidades de receber benefícios imediatos em troca da afirmação verbal de preenchimento da cédula em prol de quem os ofereceu. De modo geral, os cidadãos sabem que seu voto tem poucas chances de fazer a diferença, já que a probabilidade de que ele “decida um resultado a nível federal é menor do que a possibilidade dele ser morto a caminho das urnas” (p. 262). Essa visão, contudo, foi criticada por Freedman (1972/1976, p. 136):

Skinner não acredita nas eleições, que constituem a base do processo democrático, dizendo que um voto significa muito pouco. Naturalmente, ele de certa forma tem razão, mas deixa de levar em conta o efeito das eleições sobre a natureza da sociedade e sobre o comportamento dos que decidem. Um sistema democrático é planejado de modo a obrigar os seus líderes a dar atenção àqueles que dirigem e a considerar suas opiniões não apenas na ocasião das eleições, mas durante todo o tempo. Ainda que os cientistas políticos não estejam de acordo quanto ao funcionamento da democracia americana, existem algumas provas de que o processo eleitoral, nos Estados Unidos, influencia profundamente o curso do governo.

No sistema político democrático, teoricamente, a participação popular é requisito fundamental. Para Skinner (1948/1978e), contudo, o povo não está em condições de governar: mesmo que os indivíduos saibam quais são os objetivos de uma comunidade e

que devam ser ouvidos por isso, “o que as pessoas notoriamente não sabem é como conseguir o que querem” (p. 263), o que cria a necessidade de deixar a formulação das práticas políticas a cargo de especialistas. Nas propostas democráticas apresentadas por cientistas políticos, o princípio básico é o de que “é dado ao povo o papel de escolher os seus líderes, mas não o de realmente governar diariamente” (Freedman, 1972/1976, p. 137). Isso sugere que Skinner considera as possíveis novas perspectivas sobre o sistema, nas quais o cidadão exerce um papel menor na vida política.

O pressuposto de igualdade democrática nas democracias, segundo o qual todas as pessoas têm o direito de votar e de concorrer a um cargo, independentemente de suas diferenças intelectuais ou de conhecimento sobre procedimentos políticos, e os pressupostos de liberdade e de responsabilidade, em que cada um supostamente sabe seus interesses e como consegui-los, geram um problema importante: como “todo mundo se imagina um especialista em governo e quer ter algo a dizer” (Skinner, 1948/1978e, p. 266), os cargos políticos têm sido pretendidos por pessoas pouco capacitadas, que apenas se coadunam irrefletidamente a partidos políticos.

As organizações partidárias e o pluripartidarismo, que deveriam promover a diversidade de interesses e/ou ideologias e garantir que especialistas assumissem o compromisso com a sobrevivência da humanidade, parecem não cumprir sua finalidade. De acordo com Skinner, nos Estados Unidos, na década de 40, por exemplo, “as plataformas das partes [eram] cuidadosamente elaboradas e tão semelhantes quanto possível” (Skinner, 1948/1978e, p. 262). Ao mesmo tempo, os partidos políticos também dividem os membros da comunidade em grupos e, com isso, produzem comportamentos competitivos e discriminatórios que dificultam a cooperação por objetivos de interesse de todos. Além disso, as propostas políticas são consideradas melhores ou piores de acordo com as pessoas ou com os partidos que as propõem, ao invés de com seus objetivos (Los

Horcones, 1990). Para Skinner (1948/1978e), o povo não tem votado “em um determinado estado das coisas, mas no homem que declara ser capaz de alcançá-lo. Suponho que isso é o que sempre foi entendido por governo do povo: governo de um homem escolhido pelo povo” (p. 263).

Skinner (1948/1978e, p. 264) afirma que a proposta de representação política, na qual as escolhas são feitas pelos cidadãos e o poder deriva de seu consentimento, é uma farsa: “não é o desejo do povo. É o desejo da maioria”. O sistema de representação política é “onde a voz individual é, em grande parte, silenciada” (Pojman, 1995, p. 21.). Os políticos não verificam realmente os interesses dos milhões de eleitores que os elegeram e raramente entram em contato com eles fora do período eleitoral. Por isso, tendem a estabelecer leis incoerentes com as práticas exercidas pelos grupos que representam, ou a votar em normas que favorecem apenas certos grupos (Dittrich, 2004), mas “professam que governam para o povo. Não há governo que resistiria a um rigoroso escrutínio de suas verdadeiras práticas” (Skinner, 1955/1972c, p. 23).

A escolha de representantes no processo de institucionalização do poder político acaba destacando uma elite especializada que não tem conhecimento suficiente para resolver os problemas da população. Como consequência, surge o enaltecimento do indivíduo que governa, e aumenta a probabilidade de favorecimento individual. Essa elite raramente é afetada pelas consequências de suas ações sobre a população, já que geralmente elas têm consequências práticas apenas em longo prazo. Assim, o exercício do poder torna-se uma atividade propícia para a produção de benefícios pessoais, e não de interesses comunitários (Dittrich, 2004). Perde-se, assim, o horizonte de um projeto de desenvolvimento social como orientador das ações dos governantes de um país para a simples luta pela manutenção do poder dos que já o detêm. Como afirma Skinner (1983b,

p. 24), “os governantes estão apenas preocupados com as próximas eleições e, portanto, indispostos a pregar sacrifícios hoje para preservar o futuro”.

Os resultados de uma pesquisa comentada por Todorov (2004) e realizada por Lamal e Greenspoon em 1992 com membros do congresso dos Estados Unidos apresenta dados que confirmam que a reeleição é a metacontingência que controla a maior parte de seus comportamentos. Para tanto, os políticos apresentam três categorias de comportamento verbal: tomar posições, pedir verbas e fazer propaganda. Eles fazem declarações sobre seus posicionamentos, providenciam ou tentam providenciar reforçadores aos votantes e popularizam seu nome através da mídia; tudo relacionado, direta ou indiretamente, ao processo eleitoral. Apenas alguns deles propõem legislações que beneficiam amplamente a população.

As decisões tomadas pelos políticos estão cada vez mais sob controle de grupos organizados, e não de interesses da coletividade. Os patrocinadores das campanhas eleitorais e os lobistas têm dado contribuições significativas para tanto: aqueles servem como fontes de reforçamento para os candidatos, já que lhes dão apoio financeiro para que votem em causas que beneficiem os grupos organizados, e estes controlam a distribuição do dinheiro destinado à campanha e atuam nas casas legislativas, influenciando diretamente as votações (Todorov, 2004). Surge, então, um fenômeno de estabelecimento e manutenção de contingências que favorecem indivíduos ou grupos, mas entram em conflito com o bem-estar da cultura (p. 28). Representantes políticos acabam tomando decisões com efeitos eventualmente desastrosos para a sociedade em longo prazo, com fins de satisfazer apenas os interesses imediatos de certos grupos (Skinner, 1977/1978c).

De acordo com Los Horcones (1990), o sistema democrático produziu e mantém alguns pressupostos básicos: (1) que a decisão mais correta é tomada pela maioria; (2) que menos comportamentos de inconformidade entre os cidadãos são produzidos por um

governo democrático, e (3) que, na tomada de decisões, os cidadãos precisam conformar-se com o que a maioria decide, já que é quase impossível que todos os cidadãos estejam de acordo com a deliberação. Pode-se dizer que o segundo pressuposto é o mais importante para que um sistema democrático sobreviva: quando todos são “livres” para se manifestar e a maioria vence, a chance de revolta é menor.

Ao analisar tais pressupostos experimentalmente, a comunidade verificou que apresentam inconsistências:

- 1) Nem sempre é a maioria que toma a decisão mais correta. Algumas vezes, é a minoria ou apenas um só indivíduo que pode propor a alternativa que, ao ser implementada, seja a de mais êxito. A decisão mais apropriada não é uma questão de maioria, não é uma questão quantitativa.
- 2) Mesmo que seja verdade que as formas democráticas de governo produzem menor quantidade de indivíduos inconformados, isso não significa que não exista inconformidade na minoria.
- 3) É possível alcançar um acordo total entre os membros da sociedade, sempre e quando se cumpram os seguintes requisitos: a) que se ensine aos cidadãos os comportamentos requeridos para tomar uma decisão cooperativa, que lhes seja ensinado principalmente o bem comum como seu próprio bem, o que requer educação cooperativa desde a infância tanto no cenário familiar como no escolar; b) que os participantes vivam em um sistema social que reforce os comportamentos cooperativos e os não competitivos, os comportamentos de partilha e não os de posse, os comportamentos de igualdade e não os de discriminação. Um sistema social que promova as soluções pacíficas e não as agressivas aos problemas ou conflitos sociais. (Los Horcones, p. 117)

Em geral, sistemas de representação política geram problemas. Os membros da sociedade esperam que o governo faça tudo por eles, mas os governantes “não podem dar a todos os cidadãos os serviços que requerem”, e muitas atividades que poderiam ser feitas pelo povo, como cuidar das plantas que a prefeitura plantou na rua de suas casas para que não morram, não são feitas (Glenn, 1986). Além disso, governos que trocam de representantes em intervalos fixos de tempo acabam refreando o progresso da sociedade em virtude do rompimento repentino de programas de desenvolvimento que foram implantados pelo governo anterior (Los Horcones, 1990). Em situações em que decisões tomadas pela maioria trazem resultados negativos, os membros da minoria culpam a maioria e, frequentemente, opõem-se a contribuir para levar a cabo o que foi decidido. Ao

mesmo tempo, “na busca por consenso, maiorias podem consegui-lo por coerção, ainda que as minorias possam ter ideias e reivindicações legítimas” (Carrara, 1988/2005, p. 293).

Com filosofias mentalistas sobre a natureza humana fundamentando as práticas governamentais, em geral, os sistemas políticos não apresentam inclinação para lidar cientificamente com problemas sociais e, especialmente, não têm tradição de *experimental* possíveis soluções. Raramente as intervenções em política são planejadas, avaliadas, alteradas ou repetidas como o são em ciência. Para Skinner (1948/1978e, p. 197), esse é um importante fator para o “lento progresso na ciência de governar”. Governar não deveria ser uma “arte”, mas sim uma ciência; ela deve contar com experimentos sociais que busquem resultados mensuráveis para que as variáveis das quais é produto possam ser manipuladas.

Os governos manipulam grandes quantidades de reforçadores positivos; contudo, ainda não conseguem alcançar resultados satisfatórios. Em parte, isso ocorre porque eles não têm tanta preocupação em definir o comportamento que esperam fortalecer ou enfraquecer quanto em administrar recompensas ou punições (Todorov, 2005), além de não saberem avaliar o sucesso ou o fracasso de um programa (Dittrich, 2004). Nas democracias, essa situação se agrava em virtude das eleições, que ocorrem em intervalos fixos de tempo. Governadores preocupados em apresentar resultados de sua atuação à população acreditam que “devem sempre estar certos e não podem experimentar, porque não podem admitir dúvidas ou questões” e utilizam quase todo o seu tempo para convencer o povo de que eles estão fazendo o melhor e que têm razão em suas decisões (Skinner, 1948/1978e, p. 197). Como consequência, não produzem nem utilizam as informações disponíveis para solucionar problemas sociais básicos de forma científica.

Embora o sistema democrático possa não levar objetivamente a efetivas conquistas no sentido de mudança ou de eliminação do controle social autoritário, Skinner reconhece

alguns de seus méritos, especialmente seu papel no combate à tirania (1956/1972a; 1956/1972b; 1977/1978c). Contudo, Skinner afirma que a democracia não é a *última palavra* em regimes de governo, já que “o triunfo da democracia não significa que seja o melhor governo. Era meramente o melhor num confronto com um notoriamente ruim [o despotismo].” (1948/1978e, p. 269).

Em suma, a proposta democrática é interessante, mas é metodologicamente deficiente. Seus objetivos são deixados de lado em prol da preservação de técnicas de controle que pouco contribuem com ações que realmente podem fazer a diferença para a sobrevivência da humanidade. O sistema representativo deixa as decisões políticas a cargo de governantes que, não raras vezes, desconhecem as necessidades da população que representam e, por isso, optam por projetos ou leis que trazem resultados imediatos mas culturalmente insignificantes, sem se preocupar com as consequências de sua escolha a longo prazo. A organização democrática destaca uma elite especializada que favorece o enaltecimento individual e o favorecimento pessoal. A falta de experimentação dificulta o progresso da ciência de governar e deixa de resolver muitos problemas urgentes. Para Skinner (1956/1972a, p. 3), “a conquista última da democracia pode ser adiada indefinidamente a menos que demos importância aos verdadeiros objetivos em lugar dos truques verbais do pensamento democrático”. É por isso que os analistas do comportamento propõem possibilidades de ação para uma inserção ética em um mundo democrático, e apontam seu papel político na construção de um mundo melhor. É dessas possibilidades que trata o próximo capítulo desta dissertação.

3 POSSIBILIDADES DE POSICIONAMENTO POLÍTICO DOS ANALISTAS DO COMPORTAMENTO ATRAVÉS DE SUA INSERÇÃO NO SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO

A partir do projeto ético e político de Skinner, os analistas do comportamento são orientados a fazer da Psicologia uma ciência que promova condições para que comportamentos e práticas significativos à sobrevivência da cultura sejam modificados, surjam ou extingam-se (Carrara, 1988/2005). É seu compromisso fazer com que os conhecimentos produzidos em laboratório, assim como os advindos das pesquisas aplicadas e teóricas, sejam úteis, direta ou indiretamente, às necessidades da população.

A responsabilidade do analista do comportamento é obter dados experimentais sobre diversos aspectos da vida em sociedade, pois vários problemas globais estão tomando proporções cada vez maiores e sendo agravados em função dos sistemas políticos contemporâneos – a degradação ambiental é apenas um exemplo disso. O behaviorismo radical fornece meios para analisar as estruturas e as formas de controle que os produzem, e contribui para ações políticas em muitos níveis, desde organizações menores até de nível nacional (Mattaini, 2001). Um enfoque científico em relação ao comportamento dos governados e dos governantes pode constituir a diferença entre a sobrevivência ou a destruição da humanidade. O analista do comportamento faz parte, portanto, do caminho para encontrar ou produzir soluções para esses problemas (Holland, 1978). Existem algumas possibilidades baseadas na filosofia skinneriana em termos de posicionamento político frente à democracia, mas que ainda precisam ser adaptadas e melhoradas. Elas serão tratadas uma a uma no decorrer deste capítulo.

3. 1 Implantação do projeto utópico skinneriano

A proposta mais marcante, ampla e ousada de mudança social e, em especial, de forma de governo na análise do comportamento, é *Walden Two*, a novela utópica publicada por Skinner em 1948, que pode ser considerada um modelo de expansão de sua filosofia política. Escrita pouco depois da morte de Hitler e meses antes da explosão da bomba atômica em Hiroshima, ela surge a partir de questionamentos a respeito dos problemas sociais da época e de descontentamentos pessoais com a situação histórica (Skinner, 1978/1948e). Sob a alegoria do protagonista Frazier, Skinner insiste que a resolução dos problemas está ao alcance de uma ciência do comportamento, que pode substituir a sabedoria popular e o “bom senso”.

A trama acontece em uma comunidade experimental relativamente isolada em termos geográficos, no meio oeste dos Estados Unidos. O projeto da comunidade é considerado utópico, no sentido de que representa um local onde vigoram ótimas condições de vida para o povo e há práticas políticas altamente diferenciadas. Ele descreve a ideia básica de uma comunidade experimental. Diferentemente de outras utopias, a proposta de Skinner é de uma sociedade em mudança e aberta ao aperfeiçoamento contínuo, situada no mundo e no tempo em que foi delineada. Com o objetivo de resolver os problemas da vida diária e de possibilitar a sobrevivência da civilização humana, foi considerado pelo autor um modelo que possibilitava um ambiente social no qual as pessoas poderiam levar uma vida produtiva e criativa (Skinner, 1948/1978e).

A estória inicia-se quando dois professores universitários decidem visitá-la: o psicólogo Burris e o filósofo Castle. Passam os dias de estadia conhecendo seu funcionamento a partir de visitas e diálogos com Frazier, criador da comunidade de cerca de mil habitantes. À medida que o povoado lhes é apresentado, cada um dos aspectos de *Walden Two* é retratado. A educação é apresentada com características específicas, como

programação de ensino, incentivo à experimentação, reforçamento intrínseco do comportamento de estudar, padrões pragmáticos de educação e ensino de disciplinas de lógica, método científico e psicologia. As relações interpessoais são conduzidas de tal forma que sentimentos como inveja, raiva ou ódio, assim como comportamentos de competição e dominação, não fazem parte do dia-a-dia; além disso, as crianças aprendem desde cedo que é possível estabelecer relações interpessoais honestas e ter uma educação para o autocontrole. Funções de prover segurança econômica e interpessoal, geralmente destinadas à família, são satisfeitas pela comunidade. Há bastante tempo disponível para realizar atividades culturais, esportivas e de cunho científico. Na comunidade, não são ensinados preceitos religiosos. A organização da economia não utiliza dinheiro, moedas de troca ou salários; há, portanto, igualdade econômica. As atividades essenciais à sobrevivência da comunidade são gerenciadas por um sistema chamado *créditos de trabalho*. A partir desse sistema, as atividades produtivas são distribuídas de tal forma que os habitantes trabalham em média quatro horas diárias. Esse tempo, contudo, pode variar – trabalhos menos desejados rendem mais créditos, e os mais desejados rendem menos. Há uma grande preocupação para que as pessoas possam mudar de trabalho sempre que desejarem, para que os trabalhos sejam igualmente respeitados e para que estejam sempre atrelados a suas consequências naturais (Skinner, 1948/1978e).

A instituição governamental, tal como é normalmente encontrada em outras culturas, é dispensada em Walden Two, já que todos os membros da comunidade são diretamente responsáveis uns pelos outros – o que é possível em virtude da quantidade relativamente pequena de habitantes. O “governo” é feito principalmente através da ação dos planejadores – há uma junta deles, formada por três homens e três mulheres. Eles fazem com que as consequências de longo prazo beneficiem a todos; seu papel é simplesmente assegurar que as condições para tanto sejam mantidas. Os planejadores são

encarregados do sucesso da comunidade, estabelecem sua política, estão atentos ao estado da nação em geral e tem funções judiciais. Além deles, existem os administradores, que são responsáveis pela organização e o gerenciamento dos setores da comunidade, como saúde e abastecimento. Para cumprirem seus créditos de trabalho, ambos preenchem uma hora diária com atividades manuais além de suas tarefas políticas, pois assim mantêm contato direto com as mesmas contingências vivenciadas pelos demais habitantes e evitam se tornar membros de uma classe diferenciada ou merecedora de reforçadores especiais (Skinner, 1948/1978e).

Em Walden Two, não há eleições. As pessoas habilidosas e com preocupações com o bem-estar da comunidade são indicadas para serem administradores assistentes e, mais tarde, podem se tornar administradores e planejadores. Assim, “através de posições intermediárias que compreendem uma grande responsabilidade e proveem a aprendizagem necessária” (Skinner, 1948/1978e, p. 57), os ocupantes destes cargos emergem e progredem em suas atividades. Os administradores e os planejadores são escolhidos dentre nomes fornecidos pelos administradores assistentes e pelos administradores, respectivamente. A substituição dos membros é feita, no máximo, a cada 10 anos.

Os membros da comunidade são frequentemente questionados sobre suas demandas, e com isso exercem constante contracontrole: “Coletamos todas as sugestões que podemos encontrar, sem prejuízo da fonte, mas não baseados na fé. Submetemos todos os princípios a testes experimentais. Tentamos muitas técnicas diferentes. Geralmente, trabalhamos para atingir o melhor conjunto possível” (Skinner, 1948/1978e, p. 117).

Walden Two é planejada para que os comportamentos de seus habitantes produzam mudanças ambientais que beneficiem o grupo e os indivíduos. Para tanto, o papel de especificar as classes de operantes necessárias para sua sobrevivência é feita através do Código Walden. Ao se tornar membro da comunidade, cada um concorda em cumprir o

Código, em troca da garantia constitucional que lhe é dada na participação nos bens e na vida da comunidade (Skinner, 1948/1978e).

O código é criado experimentalmente, como forma de facilitar e melhorar as relações sociais. As regras de conduta nele especificadas são mudadas de tempos em tempos, de acordo com as experiências. Fazem parte do Código Walden regras triviais, como encorajar as crianças em todos os ofícios e evitar fofocas sobre as relações pessoais, mas também há regras fundamentais, como os dez mandamentos:

1) Nenhum modo de vida é inevitável. Examine o seu próprio de perto. 2) Se você não gosta dele, mude-o. 3) Mas não tente mudá-lo através da ação política. Mesmo que você consiga ganhar o poder, não poderá usá-lo mais sabiamente que seus predecessores. 4) Peça somente que o deixem em paz para resolver seus problemas do seu modo. 5) Simplifique suas necessidades. Aprenda a ser feliz com menos posses. 6) Construa um modo de vida no qual as pessoas vivam juntas sem brigar, num clima social de confiança ao invés de suspeita, de amor ao invés de ciúme, de cooperação ao invés de competição. 7) Mantenha esse mundo com sanções éticas brandas, mas efetivas, ao invés de polícia ou força militar. 8) Transmita a cultura eficazmente aos novos membros através de cuidados especializados às crianças e de uma tecnologia educacional poderosa. 9) Reduza o trabalho compulsivo ao mínimo, dispondo de tipos de incentivo sob os quais as pessoas apreciem trabalhar. 10) Não considere nenhuma prática como imutável. Mude e esteja sempre pronto a mudar novamente. Não aceite verdade eterna. Experimente. (Skinner, 1948/1978e, pp. 01-02)

Quando há discordâncias a respeito das regras, qualquer um pode examiná-las experimentalmente, argumentar contra sua inclusão e apresentar suas evidências. Para alterar a regra, os membros podem apelar aos administradores e, em última instância, aos planejadores. Entretanto, em nenhum caso o código deve ser discutido com os demais membros – o que, para pessoas inseridas em ambientes democráticos, torna-se uma grande restrição de liberdade, já que a discussão pública de temas fundamentais como um código é exigência básica neste tipo de sistema político (Skinner, 1948/1978e).

Os princípios que embasam o Código tem a função de promover o controle efetivo das pessoas pelas pessoas e para as pessoas. Os membros criam um mundo em que ficam suscetíveis a melhorar seus ambientes como efeito da substituição do controle aversivo por

reforçamento positivo. A eliminação de reforçadores artificiais e não contingentes em seu ambiente modela comportamentos interessantes para o grupo e os mantém por consequências naturais, diferentemente de reforçamento por bens que podem ser comprados por dinheiro. Na comunidade, utiliza-se muito mais controle baseado em contingências do que controle baseado em regras, especialmente porque “um comportamento que consiste em seguir regras é inferior a um comportamento governado por contingências descritas por regras” (Skinner, 1977/1978c, p. 12). Há experimentação e mudança de práticas quando estas não beneficiam diretamente a comunidade, atendendo suas necessidades e melhorando suas condições de vida.

A política proposta em *Walden Two* apresenta características fundamentais semelhantes ao sistema político democrático: “o governo de *Walden Two* ... tem as virtudes da democracia, mas nenhum de seus defeitos. Está muito mais próximo da intenção da democracia do que a atual prática na América” (Skinner, 1948/1978e, p. 265). A primeira está ligada ao objetivo de ambas as propostas: a promoção do bem-estar da coletividade. Esse fim é mantido sob sistemas éticos distintos: enquanto a comunidade utópica promove ambientes que favorecem a sobrevivência da cultura e oferecem valores secundários em paralelo, a democracia geralmente promove ambientes nos quais a maior parte dos indivíduos sente-se livre e feliz, independentemente das consequências que isso possa ter à cultura em um futuro distante. A segunda característica diz respeito ao método utilizado para cumprir o objetivo: ambas as propostas permitem que todos os membros da comunidade participem da vida política. Inegavelmente, existem diferenças quanto à maneira de realizar isso. Em *Walden Two*, “qualquer pessoa tem direito a qualquer lugar, pelo qual puder demonstrar o talento ou as habilidades necessárias” (p. 233), e essa participação é garantida pela condição de igualdade entre os membros da comunidade. Nas democracias, qualquer pessoa, independentemente de suas condições para tanto, pode

participar de votações ou candidatar-se a cargos políticos; contudo, as diferenças sociais e econômicas muitas vezes dificultam a participação política igualitária. A terceira característica está relacionada ao tipo de controle exercido: em ambas as propostas, há uso de técnicas de controle não aversivas. Tanto em Walden Two quanto sob sistemas políticos democráticos, seus membros sentem-se livres. Na comunidade utópica, isso ocorre porque as pessoas são controladas basicamente através de reforçamento positivo. Nas democracias, a sensação de liberdade é maior porque há menos controle aversivo do que em outras formas de governo.

Diferentemente das democracias atuais, nas quais ao menos o discurso sobre a importância da participação política é intenso e fundamental para a consolidação do sistema, em Walden Two tal participação é reduzida, e não há interesse em aumentá-la: “em determinados momentos de Walden Two, nota-se certa disposição no sentido de evitar a discussão política entre os habitantes da comunidade” (Dittrich, 2004, p. 349). Com o planejamento a cargo de especialistas, grande parte dos membros não tem e nem quer ter parte ativa no trabalho do governo (Skinner, 1948/1978e). Apesar disso, eles têm consciência do projeto ético-político do qual fazem parte e podem participar ativamente da política institucional caso queiram.

Para Skinner (1948/1978e), a solução de grande parte dos problemas das sociedades atuais, inclusive dos políticos, seria possível se sua dimensão populacional fosse redistribuída. Sua proposta utópica é de experimentação em comunidades pequenas, já que nelas seria possível “reviver antigas formas de participação democrática” (Carrara, 1988/200) e trabalhar em prol da equidade moral e contra as castas. Nelas, o desejo das pessoas pode ser cuidadosamente verificado, além de ser mais fácil experimentar. Cabe notar que isso não é impossível em sociedades maiores, tanto que muitas políticas governamentais, em vários países, têm demonstrado crescente tendência de realizar

experimentações com práticas culturais, como a implantação de projetos que deram certo em um local e depois se expandiram para outros, ou mesmo para o país inteiro. Cabe notar as farmácias populares, que são um exemplo disso: inicialmente com um número reduzido, foram planejadas para distribuir medicamentos gratuitos a populações de baixa renda; na medida em que a avaliação de seus resultados apontou vantagens econômicas e à saúde da população, elas expandiram-se para todo o país e ampliaram o atendimento para todos os cidadãos.

Não é possível prever se a proposta de Skinner funcionaria, se o sistema de governo através de consultas frequentes ao povo seria efetivo, se os problemas de economia nacional e de relações internacionais seriam solucionados, se as ameaças de superpopulação seriam diminuídas. Walden Two, de fato, é uma alternativa ao sistema político vigente, mas aparentemente só funcionaria em comunidades pequenas. Além disso, a filosofia democrática que prima por liberdades individuais acaba por dificultar qualquer proposta de um governo planejado, e a estrutura que permite a elitização de certos grupos faz com que a luta pela implantação de um projeto utópico sem benefícios imediatos para estes grupos seja difícil. Redistribuir a sociedade de massa em pequenos grupos como caminho para a utopia também parece muito distante dos interesses políticos atuais. As tentativas de instalar comunidades semelhantes tiveram pouco sucesso. Twin Oaks, iniciada na década de 1960 nos Estados Unidos, sobreviveu com práticas de experimentação até a década de 1990. A comunidade mexicana Los Horcones reteve essas práticas e criou um sistema político próprio, mas que, por uma série de motivos, não tem a influência desejada. Tal sistema alternativo será apresentado na sequência deste trabalho.

3. 2 Substituição do sistema democrático pela personocracia

Outra proposta de analistas do comportamento para alterar o sistema político vigente seria experimentar uma nova forma de governo: a personocracia, desenvolvida pela comunidade Los Horcones. Fundada em 1973, no norte do México, com uma média de 30 habitantes, a comunidade segue a proposta de Walden Two, e tem como intuito a prevenção e a resolução de problemas sociais. Através da análise do comportamento, a comunidade projeta e desenvolve uma sociedade alternativa com base em princípios de cooperação, de igualdade, de pacifismo e de respeito (Malott, 1999).

Nos primeiros quatro anos da comunidade, seus membros utilizavam o sistema de planejadores e administradores, governo muito semelhante ao descrito por Skinner em Walden Two. No decorrer do tempo, a comunidade percebeu que as decisões acabavam sendo tomadas por todos os seus membros, e não apenas pelos responsáveis para tanto. Então, os cidadãos decidiram implantar um sistema democrático em Los Horcones e verificar experimentalmente a eficácia ou não desse sistema de tomada de decisões pela maioria. Constataram alguns aspectos negativos, que aparecem em dimensões mais amplas nas sociedades democráticas atuais: muitos membros ficavam insatisfeitos com as decisões; houve aumento de comportamentos competitivos e discriminatórios; as propostas começaram a ser classificadas em melhores ou piores, de acordo com as pessoas ou com os partidos que as propunham e não com seus objetivos; e a minoria não se esforçava para levar adiante o que havia sido decidido pela maioria. Após esse experimento, a comunidade substituiu a democracia por outro tipo de regime governamental: a personocracia (Los Horcones, 1990).

Segundo Los Horcones (1990), a personocracia caracteriza-se por ser um governo baseado em dados obtidos pela análise experimental do comportamento e, portanto, planejado cientificamente. É um governo que busca analisar os efeitos que tem a

implantação de seus métodos no comportamento dos cidadãos. Na personocracia, cada membro tem oportunidade de participar diretamente do funcionamento do governo, e os membros da comunidade não são vistos meramente como *povo*, mas como pessoas capazes de participar ativamente das decisões sociais.

A personocracia é um governo formado por um grupo de membros, chamados de organizadores, que se encarregam de organizar e coordenar os setores da sociedade, como as áreas de educação e saúde. Qualquer um dos cidadãos pode assumir essa atividade sem necessidade de procedimentos burocráticos como eleições, já que todos passaram por uma educação política⁵. Isso impede que o governo seja monopolizado por um grupo político e garante que os governadores não se tornem uma elite na sociedade, nem tenham benefícios diferenciados. Este governo opera publicamente, já que todas as reuniões são abertas e, com isso, todos podem conhecer os problemas da comunidade e como estão sendo resolvidos, aumentando a participação cidadã e diminuindo a possibilidade de corrupção. É prática cultural ajudar os governantes a organizar mais eficientemente a sociedade em benefício de todos, ao invés de criticar, desaprovar ou agredi-los. Os organizadores expõem-se às consequências de suas decisões, já que vivem no mesmo ambiente que qualquer outro cidadão, o que mantém sua conduta governamental mais apropriada. Nesta forma de governo, todos os cidadãos são atendidos diretamente pelos organizadores, e suas propostas são levadas em consideração (Los Horcones, 1990).

De acordo com Malott (1999), o governo da comunidade fomenta uma sociedade autossuficiente, que implanta programas educacionais cujo objetivo é ensinar a todos os cidadãos as habilidades necessárias para construir suas próprias casas, produzir seu vestuário e seus alimentos, educar as novas gerações e proporcionar seus próprios serviços

⁵ Não há informações detalhadas sobre o que seria uma educação política. Além disso, não fica clara a maneira pela qual os organizadores emergem, tampouco como organizam as atividades setoriais.

médicos. Com isso, torna-se um sistema que não requer impostos para funcionar, já que cada cidadão é parte ativa na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais. Pagar a outros para fazerem o que cada um pode fazer é diminuir sua participação direta ou sua responsabilidade enquanto cidadão, princípio de muitos problemas sociais.

Em Los Horcones, assim como em Walden Two, incentiva-se o contato face-a-face entre governantes e governados; assim, aqueles se dedicam à resolução de problemas destes, evita-se a burocracia intermediária e substitui-se o poder judicial, já que os cidadãos regulam seu próprio comportamento e o dos outros. Além disso, é um governo que incentiva uma economia baseada no reforçamento natural e evita reforçadores artificiais; o comportamento de trabalhar, por exemplo, é reforçado por si mesmo, e não pela troca por dinheiro (Malott, 1999).

Los Horcones possui um governo que ensina a seus membros comportamentos pró-sociais, que beneficiam a todos. Na comunidade, o governo oferece condições para que os cidadãos deteriorem o mínimo possível o meio ambiente, e para que façam planos econômicos levando em consideração fatores ecológicos e de saúde ao invés de fatores financeiros. Ao mesmo tempo, os cidadãos consomem razoavelmente, porque seus níveis de consumo não dependem de seu poder monetário, mas de fatores relacionados com a ecologia, a saúde e o comportamento. É um governo pacífico, que tem estratégias preventivas contra a agressão e implanta uma estratégia pacífica de mudança social. Além disso, respeita as crenças religiosas de todos os cidadãos, desde que estes não utilizem suas crenças para fazer pregação, criticar as crenças dos outros ou discriminar os outros por sua religião. Por fim, Los Horcones apresenta um governo que incentiva condutas humanitárias, reconhecendo a interdependência mundial e atuando de acordo com isso, mantendo constante interação com a sociedade a sua volta (Los Horcones, 1990).

Nem governo antidemocrático, nem tampouco uma democracia no sentido de que a maioria ou seus representantes detenham o poder político, a personocracia é um sistema que apresenta algumas semelhanças com a democracia, mas se configura como uma forma de governo única. A busca do bem comum e a participação política nas decisões são pontos comuns entre os dois sistemas. Na personocracia, há participação direta, e cada opinião realmente é observada e faz a diferença. Nas democracias, contudo, a participação de cada indivíduo através do voto torna-se quase insignificante perto dos milhões de votos produzidos em uma eleição. A participação política em Los Horcones parece ativa, e todos os cidadãos podem participar das decisões⁶, o que é possível pela sua composição, sempre inferior a 50 membros. Em grandes sociedades, é inevitável seguir a vontade da maioria, já que resolver problemas levando em consideração a opinião de cada indivíduo tenderia a levar a discussões infundáveis.

A grande limitação da personocracia, a exemplo da proposta de Walden Two, parece ser que seu funcionamento dificilmente poderia se expandir para comunidades maiores, já que as democracias atuais estão organizadas em grandes aglomerados populacionais. Propor uma revolução ou forçar a implantação de uma comunidade alternativa ou de um sistema personocrático de governo parecem ações inviáveis em virtude do tamanho das sociedades atuais, em que algumas cidades comportam milhões de pessoas. Além disso, ainda que a análise do comportamento apresente uma alternativa cujo método de execução seja satisfatório e cujos objetivos éticos sejam compreensíveis, seria necessário controlar condições que estão fora do alcance desse grupo relativamente pequeno de interessados, já que abrir mão de tal controle não é do interesse de grandes grupos de controle. Como afirma Skinner, “uma cultura mundial pura [não tem apoio de

⁶ Não fica explícita a maneira como as decisões são tomadas, ou se há uma prática de sempre buscar acordos que satisfaçam todos os membros.

instituições poderosas e] não tem possibilidades de emergir da competição bem sucedida entre organizações religiosas, governamentais ou econômicas” (Skinner, 1971/1977, p. 136).

3. 3 Inserção no sistema político democrático

Grande parte dos analistas do comportamento atua em sociedades cujo sistema político é a democracia. Seu grande desafio é fazer valer sua ética e sua proposta política no interior de uma sociedade cuja ética e política não são as suas – uma tarefa, sem dúvida, difícil. Como qualquer força política da sociedade, a comunidade de analistas do comportamento pode fomentar a criação e a execução de alternativas e/ou de melhoramentos ao sistema político vigente na atualidade. Embora seja difícil chegar à concretização da utopia, em virtude de sua magnitude e das limitações metodológicas da ciência e da análise do comportamento neste momento histórico, é possível promover práticas políticas que mantenham o compromisso ético no cotidiano sem desistir do horizonte utópico. Talvez seja mais realista e produtivo buscar soluções por aproximações sucessivas de metas menores, que atendam as aspirações de determinada instância social (Glenn, 1986).

Em ambientes sob governo democrático, analistas do comportamento podem posicionar-se politicamente de cinco formas⁷: produzir conhecimento sobre questões sociais do cotidiano, como procedimentos políticos e suas implicações; disseminar conhecimento sobre o que envolve processos democráticos; arranjar contingências favoráveis ao convívio, incentivando a cooperação na tomada de decisões; estimular a participação dos cidadãos na política; e atuar como consultores no processo de formação

⁷ É relevante apontar que as categorias que seguem foram produzidas a partir do que foi discutido por analistas do comportamento sobre o sistema democrático, não refletindo necessariamente suas práticas.

de políticas públicas ou como agentes de governo profissionais. As possibilidades apresentadas a seguir certamente não são as únicas, e são passíveis de experimentação e revisão.

Com os avanços das pesquisas sobre metacontingências, muitos caminhos estão se abrindo para o estudo de fenômenos sociais. Analistas do comportamento agora podem *produzir conhecimento sobre questões sociais do cotidiano, como procedimentos políticos e suas implicações*, atuando como cidadãos-cientistas. Podem tentar, por exemplo, examinar as circunstâncias passadas e atuais que controlam o comportamento dos possíveis governantes, identificando se o candidato passou ou não por treinamento ético e se está ou não “sob controle de eventos que indiquem *provável* aumento nas chances de sobrevivência de sua cultura” (Dittrich, 2004, p. 232), através da análise de sua história de exposição a contingências. Esta parece ser uma tarefa deveras complexa e que não fornece garantias quanto a comportamentos futuros do candidato, mas pode ser realizada com fins de fazer uma opção pessoal mais coerente com os princípios do behaviorismo radical no processo de tomada de decisões ou se posicionar politicamente diante de alguma situação.

Além de analisar o comportamento dos agentes políticos, analistas do comportamento têm condições de identificar sob controle de quais variáveis eles próprios estão no momento de tomar uma decisão política. É importante que saibam tomar decisões eticamente orientadas em relação a práticas culturais e não em relação a grupos ou instituições que as propõem ou as executam (Glenn, 1986). Cumprir esse objetivo no cotidiano da participação política, seja em eleições presidenciais, em decisões de conselhos de psicologia ou nas associações de moradores, já pode ser considerado um grande progresso.

Com as produções científicas disponíveis, os analistas do comportamento já têm condições de *disseminar conhecimentos sobre o que envolve processos democráticos*,

especialmente sobre técnicas de controle que se utilizam de contingências não aversivas: “apontar a existência e esclarecer o funcionamento das técnicas de controle (e das possibilidades de contracontrole) é um recurso político indispensável” (Dittrich, 2004, p. 374). Com isso, eles poderiam tentar estabelecer um equilíbrio entre controle e contracontrole, colaborando com a construção de um mundo com menos desigualdades e acesso desproporcional a reforçadores: “a missão do analista do comportamento é contribuir para que o equilíbrio seja maximamente estável” (p. 410), de forma que nenhum grupo particular beneficie-se da distribuição de poder.

Culturas ocidentais têm se ocupado muito em oportunizar diversos tipos de participação política. Quanto mais as pessoas os tiverem, mais equilibrado será o poder, e mais estável a cultura. O problema disso é que o poder nunca será igualmente distribuído em uma sociedade democrática que elitiza e prioriza os interesses de determinados grupos. O contracontrole pode limitar o poder, mas não resulta em uma sociedade realmente igualitária. Apesar disso, o equilíbrio instável entre controle e contracontrole ainda é preferível frente à exploração promovida pelos governos autossuficientes (Glenn, 1986).

Ensinar aos cidadãos que eles podem exercer contracontrole é o primeiro passo para o aumento de sua força política: “se não se pode fazer com que a agência governamental entenda o valor do indivíduo para ela própria, deve-se fazer com que o próprio indivíduo entenda seu valor” (Skinner, 1953/1965, p. 446). A eleição, por exemplo, pode ser considerada uma forma de contracontrole. Apesar de eleições não serem vistas pelos analistas do comportamento como forma de resolução dos problemas políticos, “enquanto não educarmos politicamente o cidadão, enquanto não lhe ensinarmos a participar apropriadamente das decisões governamentais nos assuntos públicos, o sistema democrático baseado na decisão da maioria pode ser considerado como o sistema de

governo mais apropriado” (Los Horcones, 1990, p. 119)⁸. Atualmente, a utilização de meios virtuais para a produção de abaixo-assinados e de denúncias de abuso de poder é uma alternativa útil, que tem demonstrado bons resultados na execução do contracontrole. Amparar essas discussões com dados experimentais ou com possíveis explicações comportamentais pode contribuir para que os cidadãos percebam sob que contingências as decisões políticas são tomadas.

Os analistas do comportamento também devem *arranjar contingências ambientais favoráveis ao convívio, incentivando a cooperação na tomada de decisões*. É preciso abandonar comportamentos que buscam acumular reforçadores para usá-los futuramente em troca de acesso ao controle, e isso pode ser feito em ambientes do cotidiano (Glenn, 1986). É possível, por exemplo, organizar sistemas, mesmo que pequenos, nos quais o comportamento de todos seja igualmente valorizado e nos quais todos contribuam para o bem-estar do grupo, partilhando igualmente os produtos dos esforços do grupo.

Os governantes dificilmente incentivarão a participação da população na tomada de decisões, nem o debate público daquilo que acontece nos círculos fechados da governança do Estado, pois não querem que os cidadãos tenham controle sobre o que fazem no governo. É papel do analista do comportamento *incentivar a participação dos cidadãos nas decisões políticas*, acompanhar, avaliando e questionando as decisões de presidentes, senadores, deputados, prefeitos, presidentes de conselhos, etc.

Analistas do comportamento também podem *atuar como consultores no processo de formação de políticas públicas ou como agentes de governo profissionais*. Para Lamal (1991, p. 31),

⁸ Cabe notar que Los Horcones (1991) afirmam que, por ora, a democracia é a “melhor” forma de participação política, mas que uma “educação política do cidadão” seria desejável. Para Skinner (1948/1978e), porém, a situação parece diferente: ele argumenta que ninguém deveria ter que se interessar necessariamente por política. Para ele, o cidadão despreocupado com política contribui tanto para a sobrevivência da comunidade quanto o cidadão interessado.

Nas sociedades democráticas, behavioristas poderiam desenvolver um papel semelhante ao dos economistas, que aconselham o governo sobre planejamento e política. Além de oferecer consulta em termos de programas de governo, analistas do comportamento também poderiam fornecer informações valiosas em termos de avaliação e evolução... [e] avaliar os programas do governo e as políticas antes de serem implantados em uma escala mais maciça.

Analistas do comportamento poderiam ser mais eficazes em ajudar aqueles que adotam e aplicam políticas que afetam o bem-estar geral (Moore e Mattaini, 2001), apresentando-lhes um modelo funcional que ofereça alternativas à avaliação das relações entre as contingências especificadas pelas políticas atuais e suas consequências para o Estado em curto e longo prazo (Nevin, 1998). A análise de consequências⁹ é uma abordagem possível para melhorar a condição de tomada de decisões políticas, de forma que sejam baseadas no cumprimento de perspectivas de longo prazo e em uma análise cuidadosa das múltiplas consequências associadas com a maior parte delas. Para Moore & Mattaini (2001, p.xx), ela “pode ser útil para a construção de um movimento político popular que visa mudar a política social em muitas áreas de importância social” e pode apontar possíveis consequências de práticas que poderiam passar despercebidas (Dittrich, 2010).

Skinner (1948/1978e) parece optar pelo contato mínimo com qualquer tipo de modelo político e, em especial, pelo que lhe era mais próximo – qual seja, o democrático: “Você não pode progredir em direção a boa vida pela ação política! Sob nenhuma corrente de governo. Você pode operar uma espécie de Comitê de Ação Apolítica: mantenha-se fora da política e longe do governo, exceto para fins práticos e temporários” (p. 196). Na obra de Skinner, nada aponta para a ação política tradicional nas sociedades democráticas. Para Dittrich (2004), contudo, não se pode rejeitar a ideia de um analista do

⁹ A análise de consequências é uma proposta de procedimento que pode sistematizar e facilitar a tomada de decisões éticas, já que permite prever quais as possíveis consequências de uma ação. Pode ser feita em quatro etapas: categorizar as consequências, definir os grupos afetados, definir os efeitos seletivos das consequências e definir a sequência temporal das consequências (Dittrich, 2010).

comportamento estar interessado em questões políticas e almejar poderes mais amplos através de um cargo político.

Apesar de Skinner insistir que um partido político orientado pelo behaviorismo radical resultaria nos mesmos problemas enfrentados por qualquer partido dentro de uma democracia, Dittrich (2004, p. 409) afirma que essa ideia não pode ser previamente descartada, já que

A política é, por excelência, o campo das hipóteses, e nada impede um analista do comportamento de imaginar maneiras viáveis de inserir tal representação política no jogo democrático, a fim de atingir objetivos que podem variar da formulação de políticas reformistas à transformação gradual das sociedades a partir dos poderes executivo e legislativo.

Nada impede que um analista do comportamento atue profissionalmente como agente político, seja no governo, em instituições ou em comunidades. Ele pode beneficiar ou prejudicar o futuro de sua cultura; contudo, deve estar orientado eticamente por seu compromisso social na produção de políticas públicas.

Em suma, a análise do comportamento propõe três formas de posicionamento perante regimes democráticos: criar uma sociedade utópica, implantar um sistema de governo personocrático ou inserir-se no sistema político democrático. As duas primeiras possibilidades parecem de execução mais difícil, ao contrário da última. Para a concretização desta, analistas do comportamento podem produzir conhecimento sobre questões sociais do cotidiano, como procedimentos políticos e suas implicações; disseminar conhecimento sobre o que envolve processos democráticos; arranjar contingências favoráveis ao convívio, incentivando a cooperação na tomada de decisões; estimular a participação dos cidadãos na política; e atuar como consultores no processo de formação de políticas públicas ou como agentes de governo profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção deste trabalho esteve sob controle do momento histórico-político vivido neste início do século XXI: a expansão e o apogeu da democracia. Supôs-se que tal fato poderia fazer com que analistas do comportamento se perguntassem como o behaviorismo radical pode se posicionar politicamente diante desta forma de governo. Esta pesquisa se propôs, portanto, a apresentar e discutir as definições e caracterizações feitas por analistas do comportamento a respeito do sistema político democrático, bem como apontar implicações da interpretação que o behaviorismo radical oferece a esse conjunto de práticas culturais para o planejamento cultural proposto por Skinner. Assim, buscou-se compilar informações através das quais fosse possível iniciar um diálogo, provavelmente útil, entre análise do comportamento e ciência política, através do tema *democracia*.

Após analisar as questões propostas no início deste trabalho, é necessário considerar alguns de seus limites. Em primeiro lugar, a busca do material e as informações disponíveis mostraram que, apesar da ampla seleção dos textos, menos da metade do material escolhido foi utilizado. No final, foram alguns poucos textos que construíram o cerne deste trabalho. Além disso, a maior parte dos escritos apresentou trechos curtos, sem uma análise do sistema democrático. Isso pode indicar que a democracia ainda é algo pouco discutido dentro da comunidade de analistas do comportamento e, portanto, apresenta-se como um campo vasto a ser estudado. Em segundo lugar, não foram encontrados trabalhos com objetivos semelhantes a esta dissertação; por isso, não houve com quem dialogar, e o risco de interpretações parciais foi alto. Além disso, a autora não tem formação em ciência política, o que seria desejável. A produção sobre conceitos e classificações relativos à democracia também cresce a cada dia, criando uma grande diversidade de interpretações e de análises. Por último, a decisão de utilizar considerações

tanto de democracias indiretas como diretas pode ter facilitado interpretações pouco precisas.

Os resultados da pesquisa apresentam discordâncias entre a filosofia behaviorista radical e a filosofia democrática. Apesar de compreender as circunstâncias histórico-sociais do ressurgimento deste sistema político, analistas do comportamento afirmam que a concepção de homem livre e a justificação de ações através de causas internas em sociedades democráticas dificultam a percepção de formas de controle não aversivas, tão poderosas ou mais do que as formas de controle que utilizam coerção. Com isso, alegam que os métodos de contracontrole tendem a pouco emergir. Para eles, enquanto a democracia não abandonar tais concepções, estará desperdiçando a ajuda da ciência – para cuja existência ela mesma contribuiu – e limitará os benefícios que uma ciência de governo pode trazer para a humanidade tanto a curto quanto a longo prazo.

Os dados coletados apresentam uma característica fundamental em ambos os projetos éticos: o behaviorismo radical e a filosofia democrática pretendem “governar” pelo bem comum. Entretanto, analistas do comportamento tecem críticas quanto aos métodos utilizados pelos governos democráticos para tanto, bem como sobre sua eficácia. Particularmente para Skinner, a participação política parece não ser adequada nos sistemas democrático-representativos, por vários motivos. O comportamento de votar está mais sob controle de consequências imediatas do que de implicações sociais e éticas ao bem de todos, fato que indica capacidade restrita do povo na escolha de representantes. Além disso, os governos democráticos utilizam a estratégia de participação política para evitar a inconformidade entre os cidadãos, e com isso gerar menos contracontrole por parte do povo.

Para analistas do comportamento, a possibilidade de todos assumirem cargos políticos faz com que eles, muitas vezes, sejam assumidos por pessoas sem a devida

competência e sem condições de averiguar as necessidades e os interesses da população que representam. Com isso, vinculados a partidos políticos patrocinados por instituições privadas, que corrompem o sistema com propostas favoráveis apenas a pequenos grupos, os governantes tornam-se uma elite institucionalizada que não governa em benefício da maioria: muitas decisões acabam sendo tomadas apenas para garantir apoio nas próximas eleições, sem levar em consideração seus efeitos para a sociedade a longo prazo. Para piorar a situação, as eleições periódicas acabam refreando o progresso da sociedade, em virtude da interrupção de programas de desenvolvimento que foram implantados pelo governo anterior.

A experiência de Los Horcones (1990) mostra que um governo que toma suas decisões pela maioria tende a apresentar dois problemas importantes: quando a maioria ganha uma votação, há inconformidade da minoria; e quando uma decisão da maioria não dá certo, a minoria a critica e não colabora para sua execução. Para eles, nem sempre a maioria está certa, e é possível alcançar um acordo entre os membros do grupo, desde que se ensine aos cidadãos os comportamentos necessários para tomar decisões de forma cooperativa e pelo bem de todos, e que os membros vivam em um sistema social que fomente esses comportamentos. Além disso, nas sociedades onde há representação política, os membros da sociedade esperam que o governo faça tudo por eles. Outro problema apontado, não só pela comunidade, mas por alguns analistas do comportamento, é que nos sistemas governamentais, incluindo o democrático, há pouca inclinação a lidar cientificamente com problemas sociais. Governantes preocupados em apresentar resultados de sua atuação à população acreditam que devem estar sempre certos e que, por isso, não devem experimentar.

Desta forma, a proposta democrática é interessante, mas é metodologicamente deficiente. Seus objetivos são deixados de lado em prol da preservação de técnicas de

controle que pouco contribuem com ações que realmente podem fazer a diferença para a sobrevivência da humanidade. É por isso que os analistas do comportamento propõem possíveis caminhos para uma inserção ética em um mundo democrático, e possíveis papéis políticos na construção de um mundo melhor: implantação do projeto utópico de Skinner, substituição do sistema democrático pela personocracia ou, por fim, inserção (direta ou indireta) no sistema democrático.

A proposta de uma comunidade utópica surgiu no final da década de 40, e trouxe muitas reflexões, tanto para analistas do comportamento quanto para leigos e profissionais de outras áreas. Em um ambiente onde todos buscam o bem comum, controlam-se uns aos outros através de técnicas não aversivas e podem participar livremente da minimalista vida política, Walden Two parece ser o ponto onde Skinner gostaria que a democracia chegasse ao final de seu percurso. Ele próprio, contudo, aponta as limitações de um projeto desta magnitude: seria necessário redistribuir as grandes massas populacionais em pequenas unidades, o que transformaria as metrópoles abandonadas em meros museus de um modelo de vida que não deu certo (Skinner, 1985/1987a.). Além disso, causaria uma série de revoltas entre indivíduos que fazem parte da cultura democrática de liberdade e de direitos civis. Não que essas condições sejam um impeditivo definitivo; se o fossem, Los Horcones não estaria se mantendo viva por tanto tempo, ainda que seu modelo não apresente grande expansão.

A comunidade experimental Los Horcones também apresenta uma alternativa à democracia: o sistema personocrático. Nele, cada membro da comunidade pode participar ativamente do funcionamento do governo, seja realizando atividades de organização da sociedade ou se envolvendo nas decisões políticas. Com isso, evita-se a burocratização da participação e a elitização de um grupo político. A personocracia é um sistema que apresenta vários benefícios, mas um grande limite: seu funcionamento dificilmente poderá

se expandir para comunidades maiores, especialmente porque as democracias atuais seguem um padrão representativo e estão organizadas em grandes aglomerados populacionais.

Todavia, Los Horcones e Walden Two podem ser questionados em vários sentidos se forem tomados como modelos contemporâneos de gestão de sociedades, uma vez que não foram planejados de forma a adequar-se à realidade social atual. Além disso, as práticas que ocorrem em ambas as comunidades raras vezes tiveram impacto na organização das sociedades contemporâneas, e continuam tendo remotas probabilidades de ocorrer fora daqueles ambientes.

A possibilidade mais viável apresentada pelos analistas do comportamento em relação ao sistema político democrático é inserir-se nele e jogar o seu jogo. Isso pode ser feito de cinco formas: produzindo conhecimento sobre questões sociais do cotidiano, como procedimentos políticos e suas implicações; disseminando conhecimento sobre o que envolve processos democráticos; arranjando contingências favoráveis ao convívio, como maneira de incentivar a cooperação na tomada de decisões; estimulando a participação dos cidadãos na política; e atuando como consultores no processo de formação de políticas públicas ou como agentes de governo profissionais.

Analisada sob a perspectiva atual de democracia, a postura de Skinner sobre o sistema, especialmente em Walden Two, parece, em alguns pontos, limitada. As afirmações de que o povo não está em condições de escolher e que os cidadãos sabem que seu voto ou movimentos sociais tem poucas chances de fazer a diferença podem ser criticadas. A liberdade de expressão, de acesso a informações e de participação fizeram aflorar a “primavera árabe” em países como Egito e Líbia. A participação popular prova sua importância em movimentos como esse, em prol do fim das ditaduras.

É fato que ainda não existem propostas consistentes para formação política dos cidadãos nas entidades educacionais, e que vários pesquisadores, políticos e outros agentes podem estar idolatrando a democracia sem fazer uma análise mais refinada de seus méritos e limites; mas ignorar os benefícios advindos da participação política indireta é não valorizar o significado desta conquista no cotidiano de cada cidadão. Além disso, com a ampliação dos meios de comunicação, a participação política tornou-se mais ativa, e tem feito com que muitos movimentos sociais ganhem espaço. É possível inferir que Skinner, ao escrever sob influência de seus interesses em uma comunidade utópica igualitária e na circunstância histórica em que se encontrava, não tenha conseguido dimensionar o tamanho e a importância de uma conquista popular como essa em ambientes há pouco ditatoriais e com restritas formas de contracontrole – apesar de afirmar que não se deve “parar” na democracia.

Envolvido no discurso libertário e com um sistema jurídico amplamente baseado na responsabilidade pessoal, o povo que vive em sociedades democráticas apresenta resistência a delinear ou mesmo a imaginar uma sociedade planejada. A oposição se deve, em parte, às experiências negativas de governos controlados de forma aversiva, como o nazismo ou ditaduras militares. Como as liberdades individuais abriram amplos caminhos para a busca da felicidade, apontar a possibilidade dela em um ambiente projetado parece ser uma tarefa desafiadora. O trabalho de analistas do comportamento, portanto, precisará ser lento e paulatino – primeiro em relação aos esclarecimentos sobre controle, e depois sobre possíveis intervenções analítico-comportamentais, para não dar margem a um contracontrole produzido pelo povo contra aqueles que se utilizam da filosofia behaviorista radical. É preciso atuar na reconstrução gradual das práticas que fazem parte do cotidiano de cada analista do comportamento, e aceitar o desafio de que tentar cumprir esse objetivo

pode contribuir decisivamente para a substituição gradual de certas práticas culturais por outras, apoiadas em padrões ético-morais subsidiários da justiça social.

Um fator importante de controle da política, especialmente da democrática, parece não ter sido ainda discutido por analistas do comportamento: o quanto ela é controlada pela economia, e a maneira como ela serve para mediar conflitos de interesse de mercado. Muitas vezes, as decisões dos governantes se tornam restritas, porque já foram definidas em outras esferas, como as grandes organizações financeiras internacionais, que não são democratizadas. Com a privatização de muitos setores do governo, seu controle é exercido em grande parte por empresas, e não por os representantes políticos. Além disso, com o crescimento econômico de muitos países, a democracia parece ser a forma de governo que mais facilita o progresso, já que promove relações internacionais vantajosas. Nem por isso, contudo, a democracia deve ser imposta a cidadãos que vivem sob outros regimes, a menos que essas mudanças sejam acompanhadas por mudanças nas histórias de reforço até então modeladas pelos antigos regimes. Muitas vezes, imposições prematuras de mudanças políticas podem levar a rebeliões em um futuro próximo.

Um problema persistente da inserção do analista do comportamento nos regimes democráticos é quem ou o que produzirá as contingências necessárias para suas ações. Como os analistas do comportamento podem se importar mais com os rumos da política atual? De que forma estão levando adiante a proposta ética de Skinner? O que produzem para uma sociedade melhor? Como se comportam politicamente dentro da democracia? Estas e outras questões continuam e continuarão pertinentes e em aberto.

Este estudo deixou muitas lacunas e ainda há muito que pesquisar. Confrontar as proposições analítico-comportamentais com teorias políticas, bem como suas vantagens ou limitações, pode ser o primeiro passo. Também é pertinente analisar com mais detalhe o funcionamento das instituições características da democracia e as possíveis implicações de

decisões tomadas por esse sistema de governo. E, no futuro, quiçá, contribuir para redefinir os rumos da democracia.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, transdisciplinariedade e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 12*, 212-222.
- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 14*, 107-117.
- Andery, M. A. P. A. (1990). *Uma tentativa de (re) construção do mundo: A ciência do comportamento como ferramenta de intervenção*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Bird, C. (2011). Introdução à filosofia política. São Paulo: Madras. (Trabalho original publicado em 2006)
- Bobbio, N. (1988). *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Bonavides, P. (1997). *Ciência política*. São Paulo: Malheiros. (Trabalho original publicado em 1967)
- Burns, E. M. (1957). *História da civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Globo.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Unesp. (Trabalho original publicado em 1988).
- Castro, M. S. L. B. (2007). *A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos.
- Cunha, A. G. (1982). *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro.
- Cunningham, F. (2009). *Teorias da democracia: Uma introdução crítica*. Porto Alegre: Artmed.
- Dahl, R. (1989). *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de doutorado, Universidade de São Carlos.
- Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, 1*, 44-54.
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*, 427-433.

- Freedman, A. L. (1976). *Uma sociedade planejada: Uma análise das proposições de Skinner*. São Paulo: Edusp. (Trabalho original publicado em 1972).
- Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(2), 02-08.
- Glenn, S. S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Glenn, S. S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. Em P. A. Lamal (Ed.), *Behavior analysis of societies and cultural practices* (pp. 39-73). New York: Hemisphere.
- Gutmann, A. (1995). A desarmonia da democracia. *Lua Nova*, 36, 05-37.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.
- Lamal, P. A. (1991). Culture and society: The role of behavioral analysis. Em P. A. Lamal, *Behavioral analysis of societies and cultural practices* (pp. 13-37). New York: Hemisphere.
- Lima, J. A. (2011, 7 de fevereiro). Como nasce uma democracia. *Época*, p. 80.
- Los Horcones (1990). Personocracia: Una forma de gobierno basada en la ciencia del análisis de La conducta. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 22(1), 111-130.
- Mattaini, M. A. (2001). The science of behavior and human rights. *Behavior and Social Issues*, 11, 1-3.
- Malott, R. W. (1999). Saving the world with behavioral comunitarianism: Los Horcones. *Behavior and Social Issues*, 9, 61-66.
- Moore, S. K. & Mattaini, M. A. (2001). Consequence analysis: An on-line replication. *Behavior and Social Issues*, 11, 71-79.
- Neto, A. C. (1997). Democracia: Velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, 2, 287-312.
- Nevin, J. A. (1998). Contingencies of welfare reform. *Behavior and Social Issues*, 8, 101-108.
- O'Donnell, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. *Revista Dados*, 42, 577-654.

- Perry, M. (1999). *Civilização ocidental: Uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1985)
- Pojman, L. (1995). Theories of equality: A critical analysis. *Behavior and Philosophy*, 23(2), 1-27.
- Rosenfield, D. L. (1994). *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Rossi, C. (2011, 1 de março). Democracia tem dono? *A Folha*, p. 5.
- Sampaio, A. A. S., & Andery, M. A. P. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: Uma análise dos fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 183-192.
- Sartori, G. (1965). *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1969). Utopia as an experimental culture. Em B. F. Skinner, *Contingencies of reinforcement: a theoretical analysis* (pp.29-49). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B.F. (1971). A behavioral analysis of value judgments. Em E. Tobach, L. R. Aronson & E. Shaw (Orgs.). *The biopsychology of development* (pp. 543-551). New York: Academic Press.
- Skinner, B. F. (1972a). Freedom and the control of men. Em B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 03-18). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1956)
- Skinner, B. F. (1972b). Some issues concerning the control of human behavior. Em B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 25-38). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1956)
- Skinner, B. F. (1972c). The control of human behavior. Em B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 19-24). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1955)
- Skinner, B. F. (1974). The question of control. Em B. F. Skinner, *About behaviorism* (pp. 189-205). New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1977). *Beyond freedom and dignity*. New York: Pelican Books. (Trabalho original publicado em 1971)

- Skinner, B. F. (1978a). Are we free to have a future? Em B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 16-32). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1973)
- Skinner, B. F. (1978b). Freedom and dignity revisited. Em B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 195-198). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1972)
- Skinner, B. F. (1978c). Human behavior and democracy. Em B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 03-15). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1977)
- Skinner, B. F. (1978d). Walden Two revisited. Em B. F. Skinner (Ed.), *Reflections on behaviorism and society* (pp. 56-66). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1976)
- Skinner, B. F. (1978e). *Walden Two: Uma sociedade para o futuro*. São Paulo: EPU. (Trabalho original publicado em 1948)
- Skinner, B. F. (1983a). Estado de alerta máximo. *Veja*, 15 de junho, 03-06. (entrevista).
- Skinner, B. F. (1983b). Utopia ou desastre. *Ciência Ilustrada*, abril, 22-25. (entrevista).
- Skinner, B. F. (1987a). News from Nowhere, 1984. Em B. F. Skinner (Ed.), *Upon further reflection* (pp. 33-50). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1985)
- Skinner, B. F. (1987b). Selection by consequences. Em B. F. Skinner (Ed.), *Upon further reflection* (pp. 51-64). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. (Trabalho original publicado em 1981)
- Skinner, B. F. (1989). A new preface to Beyond Freedom and Dignity. Em B. F. Skinner (Ed.), *Recent issues in the analysis of behavior* (pp. 121-135). Columbus, OH: Merrill.
- Todorov, J. C. (2004). Análise experimental do comportamento e sociedade: Um novo foco de estudo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 25-29.
- Todorov, J. C. (2005). A constituição como metacontingência. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Orgs.), *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade* (pp.29-36). Santo André: ESETEC.
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7, 213-222.

Tourinho, E. Z. (2010). Métodos de pesquisa conceitual em análise do comportamento. Trabalho apresentado no *XIX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental*, Campos do Jordão.

Visser, M. (1996). Voting: A behavioral analysis. *Behavior and Social Issues*, 6, 23-34.